

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA - IPOL**

Juliana Morais De Góes

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DESIGUALDADES: O BANCO ESTRUTURAL E A  
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**BRASÍLIA**

**2014**

Juliana Moraes de Góes

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DESIGUALDADES: O BANCO ESTRUTURAL E A  
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Monografia apresentada ao Instituto de  
Ciência Política para a conclusão do curso de  
graduação em Ciência Política pela  
Universidade de Brasília

Orientadora: Rebecca Neera Abers

**BRASÍLIA**

**2014**

Juliana Moraes de Góes

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DESIGUALDADES: O BANCO ESTRUTURAL E A  
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Monografia apresentada ao Instituto de  
Ciência Política como pré-requisito para a  
conclusão do curso de Ciência Política e  
avaliada pela seguinte banca examinadora:

---

**PROFESSORA REBECCA NEAERA ABERS**

(Universidade de Brasília)

---

**PROFESSORA CAMILA PENNA**

(Universidade de Brasília)

**BRASÍLIA**

**2014**

*À minha mãe:  
a mulher que exala força e coragem.*

## AGRADECIMENTOS

Quando os dias estão ruins, Deus me manda borboletas. Elas vêm em formas e cores diferentes. Às vezes são pessoas, outras um pôr-do-sol, raramente são doces. Essa monografia foi uma borboleta particular. Ela deixou meus dias bem mais desesperadores, como qualquer monografia. Porém, me permitiu conhecer pessoas incríveis, escutar histórias fenomenais e engravidar do sonho de uma sociedade mais justa, livre e igualitária. Ela sem dúvida alegrou parte dos meus dias.

Agradeço a Deus por estas borboletas e a todas e todos que fizeram parte deste processo. A começar, agradeço às agentes do Banco Estrutural, que me acolheram de braços abertos, e às pessoas entrevistadas, sem as quais o trabalho não existiria. Obrigada por compartilharem seus projetos de sociedade comigo. Gratidão também a minha orientadora, Rebecca Abers, que me compreendeu e motivou durante toda a pesquisa. É raro achar tão bons pesquisadores que também são excelentes professores. Por fim, agradeço a algumas pessoas que, apesar de não terem sido parte direta deste trabalho, foram essenciais para que eu conseguisse concretizá-lo. Agradeço a minha família, por todo o apoio, e aos meus *roomates* (incluindo o Coda), por todos os abraços.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender as variáveis que fomentam e desmotivam a participação política de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, considerando que a literatura sobre participação política evidencia a dificuldade delas em integrarem processos participativos. Para isto, foi realizado um estudo de caso com o Banco Comunitário de Desenvolvimento da Cidade Estrutural (DF) – Banco Estrutural, instrumento da economia solidária para promoção do desenvolvimento local. O trabalho está dividido em quatro partes, além da introdução e conclusão. A primeira contém uma revisão bibliográfica sobre participação política. A segunda consiste nos principais pontos da economia solidária. A terceira conta a história do Banco Estrutural e a quarta é um mapa de experiências que se destacaram no período de observação. A conclusão consiste na defesa de um reconceituamento da participação política e identificação de variáveis que a afetam.

**Palavras-chave:** Participação; Pobreza; Empoderamento; Economia Solidária; Banco Comunitário.

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to understand variables that encourage and discourage the political participation of people in economic and social vulnerability, in contrast to the current literature on political participation, which only highlights the difficulty of those people to be included in participatory processes. For this, a case study was conducted with the Community Development Bank of Estrutural (DF) – Banco Estrutural, an instrument of the solidarity economy, to promote local development. The work is divided into four parts, besides the introduction and conclusion. The first contains a review on political participation. The second consists of the main points of the solidarity economy. The third tells the story of Banco Estrutural and the fourth is a map of experiences that stood out during the observation period. The conclusion is the defense of a new concept of political participation and the identification of variables that affect it.

**Keywords:** Participation; Poverty; Empowerment; Solidarity Economy; Community Bank.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
OS DEBATES EM TORNO DA IDEIA DE DEMOCRACIA.....	14
A IDEIA DE DEMOCRACIA NO SÉCULO XX .....	14
A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	15
CIDADANIA E EMPODERAMENTO .....	17
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E POBREZA .....	19
A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	23
PRINCÍPIOS DA NOVA ECONOMIA .....	23
ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESIGUALDADES E POBREZA.....	24
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	25
OS BANCOS COMUNITÁRIOS E A MOEDA SOCIAL .....	27
O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURAL .....	29
A ESTRUTURAL .....	29
O NASCIMENTO DO BANCO .....	30
OS PRIMEIROS PASSOS.....	32
O BANCO HOJE .....	33
MAPEANDO EXPERIÊNCIAS .....	36
O QUE É POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO? .....	36
AS MULHERES ARTESÃS: RELAÇÃO ENTRE AUTONOMIA E DIRETO AO TEMPO .....	37
O EMPODERAMENTO E A AUTOESTIMA: OS CIÚMES, O SALÃO DE BELEZA E A RENDA .....	40
OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS MORADORES DA ESTRUTURAL: O SIGNIFICADO DA COMUNIDADE .....	43
CONCLUSÃO .....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	52



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo identificar fatores que impedem e/ou fomentam a participação política dos indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica, por meio de um estudo de caso com o Banco Comunitário de Desenvolvimento da Estrutural (DF) – Banco Estrutural. A ideia defendida é de que os empecilhos que a baixa renda coloca à participação podem ser contornados por outros fatores que influenciam a decisão individual de ocupar espaços de tomada de decisões coletivas. Além disto, se propõe uma revisão do conceito de participação política.

O debate no qual este trabalho se insere tem como base a disputa pelo conceito de democracia e os limites do modelo participativo. “Democracia” refere-se, além de uma forma de governo, a um imaginário de sociedade. Por esse motivo, inúmeras correntes buscam consolidar-se como hegemônicas, tanto na teoria como na forma do discurso prático (MIGUEL, 2005). A corrente participacionista define democracia como um processo no qual os indivíduos aprendem a tomar decisões sobre as questões que afetam suas vidas (PATEMAN, 1992 [1970]). O sujeito é empoderado e entendido como construtor de sua história. Este modelo aponta as desigualdades sociais e econômicas como empecilhos para realização da democracia, pois impedem a autonomia dos indivíduos e, ao mesmo tempo, enxergam essa forma de governo como um instrumento para diminuição destas desigualdades (MACPHERSON, 1978 [1977]). Este ciclo seria impulsionado pela participação política: quanto mais os cidadãos participassem, mais seriam empoderados, com isso mais as desigualdades seriam reduzidas e mais participação haveria.

Na América Latina essa corrente foi impulsionada pelos movimentos sociais. Em suas pautas, inclui-se uma ideia de cidadania ativa, o reconhecimento deles como atores sociais legítimos e capazes de participarem da construção do Estado. Ser cidadão passa a significar ter direitos e a participação é vista como um deles (SANTOS e AVRIZTER, 2002; CARDOSO, 1987; DAGNINO, 1994; LAVALLE, 2011). Essa ideia ganhou força a ponto de surgirem espaços institucionalizados de participação. No Brasil, por exemplo, nascem conselhos, conferências, audiências públicas, ouvidorias, comissões, mesas de diálogo, consultas públicas, entre outros<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014

Os limites das experiências de democracia participativa concentram-se no fato de que sem igualdade econômica não há como existir a igualdade política. As dificuldades para um indivíduo de baixa renda se fazer presente em espaços de tomada de decisões coletivas são bem maiores se comparadas com os indivíduos com mais poder aquisitivo. Elas vão desde a disponibilidade de tempo e o conhecimento sobre as questões políticas complexas até o reconhecimento que determinados grupos identitários têm como legítimos nesses espaços (ABERS, 2000; MIGUEL, 2005).

Em relação a este limite da democracia participativa, a literatura é quase consensual sobre o fato de que indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica participam politicamente menos do que aqueles com condições econômicas superiores. Assim, ela aborda o tema por meio de modelos explicativos para compreenderem o que faz com que os cidadãos de baixa renda não participem. Na teoria da democracia participativa clássica, os cidadãos de baixa renda confundem-se com a classe trabalhadora/operária. Ela sugere que a venda da força de trabalho implica na venda da autonomia do indivíduo. No ambiente produtivo, os funcionários seriam ensinados a seguirem ordens/servirem, de forma que carregariam este hábito para outros espaços, como o governo. A teoria participativa clássica indica, então, que a baixa participação é explicada pelo hábito de servidão característico do modo de produção capitalista. Propõe-se como solução a introdução de momentos para a tomada de decisão coletiva no cotidiano do trabalhador: este seria “ensinado” a governar-se e isto incentivaria sua participação (PATEMAN, 1992 [1970]).

Os estudos mais recentes sobre como a pobreza dificulta a participação enquadram-se nas pesquisas sobre o que leva as pessoas a participarem. Destaca-se a introdução do cálculo racional entre custos e benefícios da participação como desmotivadores: os custos seriam altos e os benefícios só poderiam ser vistos de fato em longo prazo (AVELAR, 2007; VAZ, 2013). Além disto, surge um modelo explicativo que considera a posição social do indivíduo, ou seja, o acesso a recursos materiais (dinheiro) e simbólicos (reconhecimento). De acordo com ele, para participar seria necessário possuir ambos, tanto para arcar com os custos da participação quanto para ter autoestima para tal (IDEM).

Estes modelos são importantes por identificarem fatores que promovem a desmotivação dos indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica em relação à participação política. Porém, eles possuem limitado poder explicativo. Afinal, a existência de movimentos sociais populares mostra que há indivíduos em situação de baixa renda que participam, independente do cálculo entre custo e benefício e da posição social. Além disto,

caso estes modelos compreendessem todo o processo de participação, àqueles com renda mais elevada necessariamente participariam, o que não acontece. Estar incluído social e economicamente não significa estar incluindo politicamente (REIS e SCHWARTZMAN, 2004).

Considerando o exposto, mapeei algumas variáveis que afetam a participação política das pessoas envolvidas com o Banco Estrutural e comparei com os modelos explicativos da literatura. Destaca-se que uma das comparações foi com a ideia de que as mudanças nas relações de trabalho fomentam a participação política dos indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica. Por isso, o tema da economia solidária se destacou. Esta consiste em uma concepção de mundo que fomenta a construção coletiva no ambiente de trabalho com base na cooperação, autogestão e solidariedade – nela todos participam do processo de tomada de decisões (SINGER, 2008).

O primeiro contato com pessoas que trabalhavam com economia solidária no Distrito Federal (DF) se deu por meio de entrevista com uma integrante do Fórum de Economia Solidária do DF. Este é parte do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que foi fruto da articulação de vários movimentos sociais em torno no I Fórum Social Mundial (IFSM)<sup>2</sup>. Nesta entrevista foi possível traçar um cenário local da situação da economia solidária – que atualmente sofre com a brevidade dos empreendimentos: muitos fecham pela ausência de apoio governamental. Considerando isto, a entrevistada forneceu o contato de três empreendimentos solidários estruturados, que já conseguiam se manter.

Como uma das comparações focava a modificação nas relações de trabalho, pensei em fazer uma análise da dinâmica dos empreendimentos solidários e os visitei. Contudo, a forma como os empreendimentos se organizam é completamente diversa. Eles não seguem à risca os princípios da economia solidária (cooperação, autogestão e solidariedade) e a maioria das decisões se concentrava em uma pessoa. Com isto, percebi que estudar como as modificações nas relações de trabalho por meio da análise interna dos empreendimentos solidários era problemático, já que os empreendimentos não funcionavam completamente por meio da autogestão. Além disto, tomei conhecimento de dois grupos que não se consideravam empreendimentos solidários (não possuem familiaridade com a ideologia da economia solidária e não pregavam a autogestão), mas funcionavam com base na inclusão dos

---

<sup>2</sup> O FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57)>. Acesso em: 29 de out. de 2014

integrantes no processo de tomada de decisões coletivas. Estes grupos consistiam em duas redes de mulheres artesãs, que por serem autônomas, não tinham “uma chefia”. Realizar um recorte apenas de empreendimentos solidários e ignorar estes grupos seria inviável. Assim, ao invés de analisar a dinâmica interna dos empreendimentos, busquei uma perspectiva mais ampla.

Na entrevista com a integrante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ela destacou o trabalho do Banco Comunitário de Desenvolvimento da Estrutural (DF). Este surgiu a partir da organização de um movimento local com o objetivo de promover o desenvolvimento da região por meio do trabalho solidário e sustentável, seguindo os princípios da Economia Solidária. Assim, entrei em contato com o Banco Comunitário. Na primeira entrevista feita com as agentes comunitárias do Banco, para compreender seu funcionamento e objetivos, a realização de reuniões mensais com moradores da comunidade para formação política e incentivo a participação deles na construção do projeto se destacou. O Banco Estrutural está localizado em uma das regiões administrativas com menor nível de renda do Distrito Federal. Ao mobilizar a comunidade, ele atua justamente com a participação das pessoas de baixa renda. Assim, acompanhar as atividades do Banco permitiria observar como se dá o processo de mobilização e participação política de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, sendo uma perspectiva mais ampla do que a análise da dinâmica interna dos empreendimentos e a comparação com os modelos explicativos contemporâneos.

Dessa forma, comecei a acompanhar as atividades do Banco. Fui ao Encontro de Culturas Populares em Bonito (GO), onde o Banco levou algumas artesãs que apoiavam (através da divulgação de seu trabalho e não financeiramente) e fez uma exposição sobre a economia solidária. Participei da reunião mensal de formação com os moradores da Estrutural no mês de setembro de 2014. Além disso, foram feitas três visitas ao Banco, nas quais observei o trabalho das agentes comunitárias e conversei com os moradores que iam pedir empréstimo. Realizei doze entrevistas com grupos de artesãs, empreendimentos e militantes que já promoveram ações em parceria com o Banco. Destaca-se que nem todas as entrevistas seguiram um roteiro – a aproximação com as pessoas exigia, muitas vezes, um diálogo informal. Além disto, das doze entrevistas, quatro foram feitas com grupos (grupos de artesãs, redes de economia solidária ou empreendimentos parceiros do Banco), de forma que foram entrevistadas mais de doze pessoas.

Destaca-se que alcançar algumas redes parceiras do Banco foi extremamente difícil. Uma estudante, cujo nome é o mesmo que o meu, realizou um trabalho anterior com estas

redes e escreveu um projeto para a Universidade de Brasília em nome delas, sem pedir autorização. Assim, quando eu dizia meu nome, era confundida com esta estudante e as pessoas se negavam a fazer qualquer entrevista. As agentes comunitárias do Banco me ajudaram a desfazer essa confusão, falando com as pessoas que conheciam. Mesmo assim, tiveram algumas pessoas com as quais não consegui contato. Em relação as que consegui contato, muitas se mostraram apreensivas quanto à divulgação de dados, principalmente depois do ocorrido. Então, os nomes divulgados são fictícios e as histórias foram escritas de forma a preservar o sigilo de quem se fala. Além disto, mantive a divisão que os próprios grupos fazem: há aqueles que se afirmam como empreendimentos solidários por seguirem a ideologia proposta pela economia solidária e outros que, mesmo atuando pela autogestão, não se afirmam como tal. Os dados foram analisados considerando esta diferença.

Por fim, as próximas páginas consistirão em uma revisão da literatura sobre democracia, participação política, pobreza e empoderamento (a literatura articula este conceito para entender a relação dos outros dois). Em seguida, será discutida a economia solidária e a sua relação com a democracia participativa e as desigualdades econômicas e sociais. Após isto, será retratada a história do Banco Estrutural e mapeada uma série de experiências que contribuíram para melhor compreensão sobre o que fomenta a participação política em indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica. Ressalta-se que durante a coleta de dados o Banco foi tido como um referencial: nele e ao redor dele ocorriam experiências importantes para a pesquisa. Assim, os diálogos foram realizados com militantes, projetos de economia solidária, grupos que trabalham com base na autogestão, moradores, agentes comunitários, enfim, todos que se articulavam ao redor do Banco. No final, são realizados alguns destaques dos relatos e encaminha-se para conclusão, comparação entre as observações e a teoria.

## OS DEBATES EM TORNO DA IDEIA DE DEMOCRACIA

### A IDEIA DE DEMOCRACIA NO SÉCULO XX

Durante o século XX, uma concepção de democracia com base liberal se tornou hegemônica (SANTOS e AVRIZTER, 2002; MIGUEL, 2005; FARIA, 2010). Ela tem como autor mais influente Joseph Schumpeter. Na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1984 [1942]), esse autor afirma que não existe um bem comum “sobre o qual todas as pessoas concordem ou sejam levadas a concordar através de argumentos racionais” (SCHUMPETER, 1984 [1942] , p. 314). Ele pontua que os indivíduos desejam coisas diferentes e, muitas vezes, opostas. A sociedade seria marcada pela pluralidade de interesses. Por essa razão, uma definição para democracia seria “um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em condições históricas” (SCHUMPETER, 1984 [1942] , p. 296). Schumpeter descola o método do seu resultado: a democracia torna-se um procedimento, e não uma forma de sociedade.

Além disto, a função do povo para Schumpeter não é governar, mas sim formar um governo. Isto ocorreria por meio da luta competitiva pelos votos, na qual lideranças disputariam entre si a preferência da população. A eleição ganha destaque nessa concepção como o modo pelo qual se legitima o governo. Schumpeter defende que elas devem ser livres, ou seja, todos devem ter liberdade para competirem pelos votos da população. Este seria o procedimento mínimo para definição de um governo como democrático. Cabe destacar que o autor adota um conceito de liberdade formal, ignorando as desigualdades sociais e econômicas. Uma das passagens mais famosas de seu livro, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, consiste em uma nota de rodapé na qual ele afirma que a liberdade para concorrer às eleições está “no sentido de que qualquer pessoa é livre para instalar uma fábrica têxtil” (SCHUMPETER, 1984 [1942] , p. 339). Assim, o modelo schumpeteriano limita a participação política ao voto, além de desconsiderar a possibilidade de um cidadão ativo, com interesse e capacidade de participar da tomada de decisões coletivas, e ignora as desigualdades concretas.

A conceituação de democracia como método eleitoral é a característica central do modelo que se tornou hegemônico no século XX. Ela faz com que democracia e capitalismo sejam compatíveis, uma missão que o próprio Schumpeter tinha. Ele defende que, como método de governo, a democracia pode ser aplicada tanto aos sistemas capitalistas quanto socialistas. Porém, essa visão recebe críticas, advindas principalmente dos países marcados por fortes desigualdades. Neles, há um imaginário democrático que busca a redução da pobreza e das desigualdades. Bóron (1994), por exemplo, afirma que “*la lucha por la democracia en América Latina, es decir, la conquista de la igualdad, la libertad y la participación ciudadana, es insostenible al margen de una lucha contra el despotismo del capital. Más democracia implica, necesariamente, menos capitalismo*”(p.15). Assim, a expectativa de que essa forma de governo possa contribuir para uma sociedade mais igualitária é incompatível com o modelo hegemônico.

## **A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

Relacionadas a essa expectativa, desenvolvem-se ideias sobre uma democracia mais responsiva aos cidadãos e que utilizam a participação política como forma de aprofundamento da democracia liberal (MACPHERSON, 1978 [1977]; CARDOSO, 1987; LAVALLE e VERA, 2010). Na América Latina, destacam-se os teóricos participacionistas. Uma das autoras mais influentes dessa corrente é Carole Pateman. Na obra *Participação e Teoria Democrática* (1992 [1970]), ela define o modelo participativo como “aquele onde se exige o *input* máximo (a participação) e onde o *output* inclui não apenas as políticas (decisões) mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de forma que existe um “*feedback*” do *output* para o *input*” (PATEMAN, 1992 [1970], p. 62). A democracia passa a ser entendida como um processo educativo, sistema “concebido para desenvolver uma ação responsável, individual, social e política, como resultado do processo participativo” (PATEMAN, 1992 [1970], p. 38).

A participação na tomada de decisões colabora para que o indivíduo defina seus interesses e ganhe mais controle sobre si, de forma que quanto mais ele participa, mais ele estará capacitado a participar. Existe uma forte relação entre a ideia de participação e a de liberdade. “(...) Ninguém precisa ser senhor de ninguém; contudo quando alguém é dono de si mesmo e da própria vida, a liberdade é então salientada pelo controle sobre essa vida, exigida

antes que se possa descrever o indivíduo como ‘seu próprio senhor’” (PATEMAN, 1992 [1970], p. 41). Participar politicamente implicaria, então, no empoderamento do indivíduo. A autora foca, principalmente, a democratização das relações de trabalho, pois o sistema industrial acostumaria as pessoas ao regime de servidão e essa lógica é contrária à democracia. Para ser treinado para uma forma de governo democrática, o indivíduo precisaria estar inserido em organizações de trabalho com bases participativas, e não com bases hierárquicas. Destaca-se a relação entre desigualdade e participação para Pateman. A autora afirma que a participação requer do indivíduo autoconfiança na sua relação com o mundo (PATEMAN, 1992 [1970], p. 66). Essa crença na sua própria capacidade, a eficiência política, encontra-se em menor grau nas pessoas de baixa renda. Elas teriam menos espaços onde podem tomar decisões e, com isso, a desvantagem econômica estaria relacionada com a desvantagem psicológica que reprime a participação.

Macpherson é outro defensor da democracia participativa. Na obra *A democracia liberal: origens e evolução* (1978 [1977]), ele afirma que existe um ciclo vicioso que funciona como empecilho ao aumento da participação política. Esse ciclo consiste na intensa relação que os dois pré-requisitos para a implantação deste modelo possuem. O primeiro é a mudança da mentalidade dos indivíduos, que devem passar de consumidores para executores. O segundo pré-requisito é a redução drástica das desigualdades sociais e econômicas. O ciclo consiste no fato de que a redução destas “é improvável sem forte ação democrática. E tudo indica, (...) que só mediante o envolvimento completo na ação política conjunta pode o povo ultrapassar sua consciência de si mesmo como consumidor e apropriador” (MACPHERSON, 1978 [1977], p. 103). A saída deste ciclo vicioso, para Macpherson, seria progressiva, ou seja, “paulatina e reciprocamente uma mudança incompleta em um levando a certa mudança no outro, levando a mais uma mudança no primeiro, e assim por diante” (MACPHERSON, 1978 [1977], p. 104).

Após concluir que é possível a instalação de um sistema participativo, Macpherson descreve que tipo de sistema ele seria. Ele apresenta dois modelos. O primeiro é o sistema piramidal, cuja base consistiria em uma forma de democracia direta local, tendo como referência a fábrica ou a vizinhança. Nestes espaços a discussão ocorreria face a face. Depois, escolhem-se os delegados para representações regionais e nacional. Macpherson aponta que este modelo é irrealista, pois ele exige uma sociedade sem classes e onde todos os indivíduos participassem. Como a transição é gradual, de acordo com a lógica de quebra do ciclo vicioso, não haveria um cenário propício para instalação rápida deste modelo no período transitório. O



autor apresenta, então, uma segunda forma de sistema participativo, que busca considerar as situações reais. A diferença dele para o primeiro consiste na presença dos partidos. Por meio deles se operaria a participação piramidal, mas sem mudar muito as estruturas de governo. Destaca-se que Macpherson, no final, limita-se ao fortalecimento de partidos ideológicos com a função de mobilização dos cidadãos. Porém, afirma que a medida que a participação se intensificaria e que os cidadãos conseguissem fazer por outros meios, os partidos desapareceriam, alcançando-se o modelo anterior (MACPHERSON, 1978 [1977], p. 110-115).

Enquanto Pateman foca a democratização das relações de trabalho, Macpherson abre o leque das relações que podem servir de treinamento para a democracia, considerando, por exemplo, a vizinhança. Ambos concordam, porém, que a participação faz parte de um processo de aprendizagem democrática e representa a autonomia do indivíduo. Ela não é apenas a transferência de responsabilidades estatais para a sociedade, mas envolve o empoderamento do cidadão, além do aumento do controle deste sobre o Estado e da capacidade das pessoas compreenderem, se posicionarem e decidirem sobre as questões públicas que afetam suas vidas (ABERS, 2000). Como já abordado, estas ideias ganharam força na América Latina, devido principalmente aos processos de redemocratização marcados pela presença dos movimentos sociais (CARDOSO, 1987). Desloca-se o conceito de democracia como procedimento para a representação de uma nova gramática social (SANTOS e AVRIZTER, 2002).

## **CIDADANIA E EMPODERAMENTO**

Acima foram apresentados dois modelos de democracia: o liberal-hegemônico e o participativo. Este costuma ser defendido por meio da articulação com os conceitos de cidadania e empoderamento. Em relação ao primeiro, Dagnino (1994) apresenta como se dá a busca pela sua reconstrução. Ela afirma que há um conjunto de relações sociais organizadas hierarquicamente e de forma desigual. Este conjunto, denominado de autoritarismo social, relaciona-se principalmente com as opressões de classe, raça e gênero, que imputam lugares sociais aos indivíduos. A autora faz uma pesquisa sobre Cultura Democrática e Cidadania, na qual realiza 51 entrevistas com integrantes de “sindicatos de trabalhadores, sindicatos de classes médias, movimentos sociais de tipo urbano, movimentos sociais de caráter mais amplo (de mulheres, de negros e ecológicos), associações de empresários e vereadores” (DAGNINO,

1994, p. 104). Ela destaca que esses autoritarismos sociais são vistos como obstáculos mais fortes à democracia do que a inexistência de liberdade de expressão, por exemplo.

A reivindicação de uma nova ideia de cidadania é usada como estratégia contra o autoritarismo social. O cidadão surge como aquele que tem direito a ter direitos. O novo conceito de cidadania “não se limita portanto a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, (...) inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta” (DAGNINO, 1994, p. 105). A autora destaca que entre estes direitos há tanto o da igualdade quanto o da diferença. Dagnino defende que esta surge como um direito, aliada ao combate da discriminação e da desigualdade, diferente da teoria liberal que a utiliza como base destas duas.

O novo conceito de cidadania também implica no reconhecimento do direito à participação política. A autora diferencia a inclusão progressiva dos setores excluídos da sociedade, estratégia de cima para baixo, das reivindicações atuais. Estas partem da constituição de sujeitos ativos que lutam pelo seu reconhecimento, sendo uma estratégia, portanto, de baixo para cima. Este reconhecimento, ao invés da mera inclusão, implica na construção da sociedade e do Estado por tais atores. A relação desta cidadania com o modelo de democracia participativa apresentado é clara: ser cidadão implica em ter autonomia sobre as decisões que o afetam, e, portanto, ter direito a participar efetivamente da construção do sistema político e social.

Em relação ao empoderamento, não há consenso sobre o seu significado (ROMANO e ANTUNES, 2002; GOHN, 2004; HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007). Esta ideia emergiu dos movimentos feminista e negro principalmente durante a década de 1970, como uma estratégia para romper com as práticas que negavam a plena cidadania e o reconhecimento a estes grupos. Assim, “empoderar-se” significava disputar e conquistar o poder, entendido como algo finito (ROMANO, 2002). Com o tempo, ele foi apropriado por correntes do neoliberalismo, que o distanciaram da ideia de conflito e o posicionaram como algo neutro. Pensa-se no “poder para”, que não implica necessariamente em uma relação de dominação entre indivíduos, mas na existência de capacidade para algo (IORIO, 2002). Ao se pensar em empoderamento como enfrentamento à pobreza – um estado de desempoderamento – a perspectiva “neutra” do termo é problemática. A pobreza é oriunda de relações de dominação e, assim, há opressores e oprimidos. Combatê-la pela lógica do empoderamento significa mudar a distribuição de poder na sociedade (ROMANO, 2002).

Neste trabalho utiliza-se a definição de empoderamento que inclui o conflito, ou seja, este termo é entendido como o processo pelo qual as pessoas, grupos e/ou comunidades conquistam maior controle sobre suas vidas e estruturas (FRIEDMANN, 1996 [1992]; IORIO, 2002; ROMANO, 2002; GOHN, 2004). O processo de empoderamento pode ser, então, tanto no nível individual quanto coletivo. Além disto, este processo se dá pelo aumento de poderes sociais (FRIEDMANN, 1996 [1992]). Horochovski e Meirelles (2007) fazem um mapeamento de quais eles seriam: o identitário, o econômico, os sociais e os políticos. O primeiro consiste no acesso aos “recursos responsáveis pelo aumento da autoestima dos sujeitos e de seu auto reconhecimento de um ponto de vista ético-cultural (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007, p. 498). O segundo relaciona-se com a sustentabilidade material. Os poderes sociais referem-se ao status de um indivíduo no seu contexto e considera o acesso a informações para a tomada de decisões e o grau com que as opiniões deste indivíduo são ouvidas e consideradas. Por fim, os poderes políticos relacionam-se diretamente com a participação, sendo a integração com os processos de tomada de decisões coletivas.

Assim, tanto o reconhecimento da cidadania, quanto o empoderamento dos indivíduos e a participação política são termos estratégicos para os movimentos sociais na luta contra a exclusão social, política e econômica, de forma que às vezes eles se confundem (GOHN, 2004). Mas, em geral, pode-se dizer que as duas primeiras categorias são mais amplas do que a participação. Esta pode ser entendida como uma das áreas nas quais o indivíduo pode se empoderar – a política – como um dos direitos que devem ser reconhecidos aos cidadãos.

## **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E POBREZA**

Como já dito, a democracia participativa se alia ao combate à pobreza (MACPHERSON, 1978 [1977]; FRIEDMANN, 1996 [1992]; ABERS, 2000; MIGUEL, 2005), resultado das desigualdades sociais e econômicas (ROMANO e ANTUNES, 2002). Considerando que o objetivo desta pesquisa é compreender as variáveis que impedem e fomentam a participação política de cidadãos em situação de vulnerabilidade, aprofundar na discussão sobre a relação entre participação e pobreza é de extrema importância. Esta relação pode ser vista pela ótica da influência da primeira sobre a segunda – quanto maior a pobreza, maior dificuldade de participação – e vice-versa – quanto mais participação, mais redução da pobreza. Assim, a renda é vista como uma variável que influencia a decisão individual de participar.

Os estudos sobre como a pobreza dificulta a participação enquadram-se nas pesquisas sobre o que leva as pessoas a participarem. Avelar (2007) faz um resgate dos modelos explicativos que já foram apresentados sobre este tema, citando quatro deles: o da centralidade; da consciência de classe; da escolha racional e da identidade. O modelo da centralidade considera que a posição social (que implica recursos materiais – dinheiro - e simbólicos – educação e reconhecimento) é essencial para a decisão individual de integrar processos participativos. Além disso, este modelo afirma que os indivíduos com baixa posição social possuem pouco sentimento de pertencimento aos espaços políticos – que são vistos como lugares para e de pessoas com mais “capacidade”. O modelo da consciência de classe, com forte caráter marxista, indica a educação política como a forma para superação do baixo status social. O modelo da escolha racional, que tem como Olson (1999) um dos seus representantes, considera que a decisão individual de participar é oriunda do cálculo racional dos custos e benefícios. Por fim, o modelo da identidade atribui importância às redes de solidariedade/interação, que auxiliam na construção da identidade do indivíduo. A inserção do indivíduo em redes propensas ao engajamento fomentaria a decisão de participar (AVELAR, 2007, p. 229-230).

Vaz (2013) também faz um resgate dos modelos explicativos sobre a propensão a participação, usando como base a própria classificação de Avelar. Porém, ele diferencia-se por descrever o modelo da centralidade como aquele que indica a posição social como determinante à participação (VAZ, 2013, p. 73). Além disto, o autor desconsidera o modelo de consciência de classe e acrescenta a perspectiva institucional, que pode ser vista no trabalho de Rennó (2003). Adotar essa perspectiva significa considerar que a ação coletiva pode ser fomentada pelas instituições, a partir do momento em que estas criam estruturas de oportunidades para determinados grupos sociais (VAZ, 2013, p. 74).

Dos cinco modelos apresentados, os que mais se relacionam com a influência da pobreza sobre a participação são o da centralidade e o da escolha racional. Considerando que a pobreza implica em uma baixa posição social, pois indica poucos recursos materiais e simbólicos, as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica teriam grandes empecilhos à participação. Análise semelhante pode ser feita com o modelo da escolha racional – a participação demandaria custos que podem ser altos demais para os setores populares e os benefícios da ação dificilmente são vistos no curto prazo (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007).

Participar, de fato, inclui custos, que vão desde a disponibilidade de tempo e o conhecimento necessário para compreender e argumentar com a área técnica e burocrática da política até as condições materiais, como o investimento para o deslocamento (ABERS, 2000). As dificuldades para uma empregada doméstica, que é mãe solteira de duas crianças e ganha até dois salários mínimos, acompanhar e se fazer presente na discussão sobre a política de mobilidade urbana, por exemplo, são bem maiores do que para uma empresa interessada em lucrar com linhas de ônibus. É praticamente consensual na literatura que o maior acesso a recursos materiais e simbólicos de fato pode proporcionar maiores condições e incentivos à participação.

Sobre o “canal inverso” da relação entre participação e pobreza, ou seja, a análise sobre o impacto da primeira sobre a segunda, parte da literatura foca o impacto dos espaços institucionalizados de participação no Brasil sobre a redistribuição dos recursos (WAMPLER, 2011). Entende-se como espaços institucionalizados aqueles que colocam em contato representantes do poder público e da sociedade civil, como conselhos, conferências, audiências públicas, ouvidorias e comissões (GOHN, 2004). Outra parte da literatura indica como a participação contribui para o empoderamento de indivíduos e grupos. A pobreza é entendida como um estado de desempoderamento, dessa forma, a participação, culminando no empoderamento, significaria na redução da pobreza (ROMANO, 2002). Como o estudo foi realizado junto a um movimento social – o Banco Comunitário da Estrutural – e este não possui forte atuação nos espaços institucionalizados de participação, focaremos a segunda parte da literatura: o empoderamento como forma de reduzir a pobreza.

Acima já foi realizado a conceituação sobre empoderamento, bem como relato do debate que o envolve. Nesta parte, destaca-se apenas o que a literatura afirma sobre o seu processo. Ele costuma seguir uma sequência (FRIEDMANN, 1996 [1992]): para o ganho do poder político seria necessário, normalmente, uma prévia dos demais poderes sociais, de forma que se tenha determinado nível de riqueza para usar o tempo e outros recursos excedentes na política. Porém, o resultado de uma ação vitoriosa sobre os meios sociais e políticos viria com um acréscimo na autoconfiança e na percepção individual de força (FRIEDMANN, 1996 [1992]; HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007). Assim, a participação política viria com o ganho de outros poderes sociais.

Por fim, nos modelos explicativos sobre o empoderamento, a necessidade de uma posição social (utilizando os termos do modelo da centralidade) mínima é apontada como importante para a participação. E esta, como instrumento para aumento da posição social. Por

isso, é complicado pensar na relação entre participação e pobreza nos meios fora das institucionais formais sem considerar suas duas dimensões (o efeito da primeira sobre a segunda e vice-versa), pois elas estão interligadas. Com o exposto, acredito ter abordado os principais pontos da literatura sobre participação política que dizem respeito ao objetivo do trabalho. O capítulo seguinte é uma breve exposição sobre a economia solidária e os seus princípios, considerando que é a pauta defendida pelo grupo considerado no estudo de caso.

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA

### PRINCÍPIOS DA NOVA ECONOMIA

A economia solidária, antes chamada de economia popular (CORAGGIO, 1994), começou a partir das cooperativas de fábricas recuperadas: desde a época de Karl Marx, em 1870, várias fábricas fecharam devido a conjuntura econômica e seus trabalhadores as ocuparam (SINGER, 2008). Atualmente, ela consiste nas experiências de “redes de catadores e recicladores, redes nacionais e internacionais de comércio justo, de incubadoras, de cooperativas, inúmeras experiências de finanças solidárias, clubes de trocas, as economias indígenas, de quilombos, [etc.]” (LISBOA, 2005, p. 2). Essas experiências se opõem ao modelo produtivo capitalista, que possui como objetivo o lucro e a maior obtenção possível de bens materiais, de forma que as relações de trabalho são marcadas pela hierarquização e competição entre os indivíduos. Considerando esta lógica perversa, a economia solidária prega uma mudança de mentalidade do valor da economia. Ela propõe que as relações de trabalho sejam marcadas pela solidariedade e que, ao invés de se ter como único objetivo o lucro, foque-se na felicidade e empoderamento tanto dos integrantes dos empreendimentos econômicos quanto da comunidade (SINGER, 2008).

A principal estratégia para essa mudança de mentalidade é a autogestão, a autonomia do indivíduo no seu ambiente produtivo por meio da divisão dos meios de produção. Nela, as decisões são tomadas coletivamente e a responsabilidade dos lucros e perdas também é compartilhada. Destaca-se que a autogestão não representa a ausência da divisão de funções. Em empreendimentos grandes surge a necessidade de setores especializados e, com isso, algumas decisões acabam sendo tomadas pelos responsáveis por cada área. Mas, como os meios de produção são coletivos, tanto quanto a responsabilidade, não há uma relação de autoridade entre os integrantes do empreendimento. Esta forma de relação é típica do modelo capitalista e suga a autonomia do indivíduo, a partir do momento no qual ele é obrigado a servir os superiores. Dessa forma, a marca fundamental da autogestão é o trabalho com base em relações horizontais, repetindo a autonomia do indivíduo sobre si e com base na partilha dos meios de produção (NASCIMENTO, 2000; LISBOA, 2005; ASSEBURG e GAIGER, 2007; SINGER, 2008).

Por fim, a proposta da economia solidária não se restringe apenas à mudança na mentalidade econômica. Ela também é uma proposta para a arena cultural e a política. Em relação a cultura, pensar em economia solidária implica em pensar em um novo “jeito de estar no mundo e de consumir [...] produtos locais, saudáveis [...] que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA<sup>3</sup>). A proposta consiste na mudança dos símbolos e valores que regem as relações sociais e econômicas: da competição para a cooperação. Politicamente, a economia solidária é um movimento social que pauta uma nova forma de desenvolvimento, que foca nas “pessoas e (é) construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos” (IDEM). Assim, a economia solidária é a proposta de uma nova gramática social.

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESIGUALDADES E POBREZA**

O modo solidário de fazer economia propõe a redução das desigualdades sociais e econômicas por meio do protagonismo dos grupos em situação de vulnerabilidade. Propõe-se o fomento para que estes grupos desenvolvam a capacidade de gerar suas próprias rendas e, como únicos realmente conhecedores dos seus obstáculos cotidianos, coloquem suas pautas diante do Estado (ASSEBURG e GAIGER, 2007). Esse protagonismo ocorre quando a classe popular, “movendo-se no terreno concreto das lutas pela sobrevivência, reunindo pessoas por meio de práticas participativas, de cooperação e autogestão” (IDEM, p. 508) promove o fortalecimento dos seus integrantes. É dessa forma que a economia solidária propõe a diminuição das desigualdades existentes e se torna um instrumento de redução de pobreza.

Ressalta-se que a economia solidária está sujeita às regras do mercado e se constitui como um setor lucrativo. A mudança de mentalidade do valor da economia não significa que os empreendimentos solidários ignoram ou descartam o lucro, pelo contrário, este é essencial para o crescimento. Eles apenas o ressignificam, ou seja, “quando um empreendimento econômico abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função de uma perspectiva social e ecológica, então esta empresa tem uma postura solidária dentro da troca mercantil” (LISBOA, 2005, p. 3). Assim, a economia solidária não nasceu para “viver pobre”, fraca ou apenas ser de subsistência. Os autores que a defendem a consideram um modelo que pode,

---

<sup>3</sup> O QUE é Economia Solidária. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 10 de out. de 2014.



gradualmente, substituir o capitalismo e manter o desenvolvimento científico e tecnológico, mudando a postura do mercado para uma sociedade mais igualitária (LISBOA, 2005; SINGER, 2008). Assim, a proposta da economia solidária é de uma sociedade com menos desigualdades sociais e econômicas, conquistada por meio do fortalecimento das organizações comunitárias e da mudança da lógica de trabalho, de forma que troque-se as relações competitivas capitalistas por relações solidárias entre os indivíduos.

## **DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

As semelhanças entre economia solidária e democracia participativa são enormes e óbvias. Tanto que, ao pregar o desenvolvimento da capacidade dos indivíduos e comunidades de gerar suas próprias rendas, bem como de posicionar-se diante do Estado e do restante da sociedade, a economia solidária usa outras palavras para se referir ao empoderamento, conceito articulado junto ao de participação. Enquanto propostas de sociedade, tanto a economia solidária quanto a democracia participativa se caracterizam pela busca de mais igualdade, sendo que a primeira foca na mudança do sistema econômico e a segunda, do sistema político. A diferença de ótica permite uma complementariedade: é completamente possível imaginar uma sociedade organizada em empreendimentos solidários onde as pessoas construam coletivamente as decisões do governo.

Como as semelhanças são de fácil identificação, focarei em duas diferenças. A primeira consiste na ênfase que ambas teorias dão à autonomia do indivíduo. Na economia solidária, a autonomia está alinhada à autogestão, por isso é necessário aprofundar este conceito. O estudo de Lia Tiriba (2006) sobre cooperativas recuperadas auxilia neste processo. A autora retoma a defesa de Lafargue (1999 [1883]) sobre como a lógica capitalista usurpa o direito à autonomia sobre o tempo, valorizando o trabalho. O autor, que tornou público a ideia de direito à preguiça, em obra de mesmo nome, defende que as extensas jornadas de trabalho, que incluem o horário de almoço, reduzem o cotidiano do trabalhador à atividade produtiva e ao sono: os trabalhadores “que à noite chegam a suas casas oprimidos pela necessidade de dormir e que no dia seguinte saem antes de terem repousado completamente para se encontrarem na oficina à hora da abertura” (LAFARGUE, 1999 [1883], p. 10).

Tiriba descreve como se deu a imposição da disciplina de horário e produtividade dentro dos ambientes fabris, processo que começou na Europa entre os séculos XV e XIX e foi extremamente conflituoso. Por meio da justificativa da correção de “vagabundos e ociosos” pela dignidade do trabalho, se permitiu até mesmo a “quem encontrasse algum ‘vadio’ o direito de castigá-lo e de se utilizar de sua força de trabalho por determinado período” (TIRIBA, 2006, p. 8). Deve-se lembrar que a relação de trabalho por contrato, em que vende-se sua força de trabalho, é uma invenção da sociedade industrial. Assim, o conflito encontra-se no processo de avanço deste modelo de sociedade em detrimento das antigas relações de trabalho e produção. Especialmente os artesãos, “acostumados aos ritmos sazonais e ao trabalho ao ar livre” (TIRIBA, 2006, p. 9), resistiram às fábricas, pois “preferiam manter o controle e a autonomia sobre seu trabalho do que se sujeitar à nova disciplina imposta.” (IDEM, IBIDEM).

“Na luta contra os tempos mortos (que podem se tornar tempos para a vadiagem e a enrolação e, por conseguinte, para usufruir do ‘direito à preguiça’ no interior mesmo da fábrica), a participação tornou-se um elemento chave para o capital” (TIRIBA, 2006, p. 3). As articulações contrárias à violência da imposição do modo de produção capitalista foram feitas a partir da defesa da gestão participativa nos ambientes de trabalho – tema estudado justamente por Pateman. Porém, Tiriba ressalta que estas ideias podem ser perigosas. A autonomia do indivíduo sobre si vai além da possibilidade de definir como será a produção, ela inclui uma nova *práxis* social que modifica a relação entre os seres humanos e a atividade produtiva (p. (TIRIBA, 2006, p. 11-12). Nas teorias da administração, por meio da gestão participativa dá-se a ilusão de influir no processo produtivo, mas sem permitir a real autonomia sobre o seu próprio corpo. Isso significa que apenas se decidem coletivamente questões sobre o processo de produção, mas o indivíduo não possui real autonomia para decidir sobre quando, onde e como trabalhar.

Assim, a economia solidária e a democracia participativa são igualmente fundamentadas na ideia de autonomia do indivíduo. Porém, há uma linha tênue que pode dividi-las neste ponto: a economia solidária é mais enfática sobre o fato de que a simples inserção do indivíduo em processos de tomada de decisões coletivas não é suficiente para fomentar o governo de si. A partir do reconhecimento de que a venda da força de trabalho significa vender o próprio corpo e autonomia, ela compreende que a participação política não representará autonomia se o indivíduo não possuir acesso aos meios de produção.

Por fim, a segunda diferença entre democracia participativa e economia solidária a ser ressaltada consiste na representação do conflito nas relações sociais. Para a primeira, este é inevitável. A possibilidade de maior inserção e influência dos trabalhadores nas decisões do Estado ocorre justamente para que estes ganhem força no conflito entre grupos sociais. A relação social com base na empatia é vista como possível dentro destes grupos, por meio do empoderamento, mas não como padrão das relações sociais. Já a economia solidária propõe justamente a valorização das relações sociais com base na empatia, na solidariedade. Esta *práxis* se oporia às relações com base na competição, oriundas do capitalismo. Assim, a economia solidária se aproxima da linguagem do consenso e a democracia participativa volta-se para a do conflito.

## **OS BANCOS COMUNITÁRIOS E A MOEDA SOCIAL**

Para finalizar este capítulo, é imprescindível falar dos bancos comunitários, considerando que o estudo de caso é sobre o existente na Cidade Estrutural (DF). Bancos comunitários são estratégias da economia solidária para fomentar os empreendimentos econômicos que a adotam e o desenvolvimento local (PRAXEDES, 2009). Eles podem ser definidos como uma “iniciativa associativa, envolvendo moradores num determinado contexto territorial que buscam a resolução de problemas públicos concretos relacionados à sua condição de vida no cotidiano, através do fomento à criação de atividades socioeconômicas” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 118). Ou seja, os bancos comunitários normalmente são constituídos por moradores de uma comunidade que discutem seus problemas, levantam fundos e financiam soluções para eles. Assim, para a implantação de um banco comunitário é necessária a mobilização endógena do território, ou seja, própria da comunidade.

A comunidade deve participar tanto da criação quanto da gestão dos recursos. Estes são linhas de microcrédito cujo foco é o desenvolvimento local. Considerando o objetivo dos recursos, a concessão de empréstimos segue critérios diferentes dos bancos convencionais: os juros são baixos, em alguns casos não existem, e não é necessário ter nome limpo para pegar empréstimos. Além disto, o controle dos inadimplentes é feito pela própria comunidade. Normalmente a lista dos devedores torna-se pública e os moradores, compreendendo que a ausência de pagamentos implica na escassez de recursos para novos empréstimos, realizam

conjuntamente a cobrança. Assim, esta é feita com base nos laços de vizinhança (PASSOS, 2007).

Os bancos comunitários são embasados nas relações de proximidade e confiança mútua. O propulsor destas organizações é a intensificação das relações sociais da comunidade, que age de forma autônoma na resolução de seus próprios problemas. Assim, “a ousadia de um banco comunitário é de tentar restaurar laços e vínculos sociais seriamente degradados pelas condições de vida mais geral das pessoas nos bairros populares (...)” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 124).

Por fim, os bancos comunitários também se caracterizam pela circulação da moeda social. Esta possui circulação apenas no âmbito local e, complementar à moeda nacional, busca incentivar o consumo na própria comunidade. Os bancos a colocam em circulação por meio de parcerias com comerciantes locais, que oferecem descontos para quem usá-las. Logo, os moradores trocam a moeda corrente pela social em busca dos descontos e, com isso, aumentam seu poder de compra, e os comerciantes conseguem evitar que o dinheiro seja gasto/investido em outras localidades (PASSOS, 2007).

## **O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURAL**

### **A ESTRUTURAL**

O estudo de caso foi feito com o Banco Comunitário de Desenvolvimento da Cidade Estrutural (DF) – Banco Estrutural. Por isso, é importante pontuar algumas informações sobre esta região administrativa. De acordo com Leal (2012), a Estrutural começou na década de 1960, logo após a inauguração de Brasília, como um lixão onde residiam alguns catadores de materiais recicláveis. O número de moradias cresceu e, na década de 1990, a área foi denominada Vila Estrutural – anexa à região administrativa do Guará.

Por meio da Lei 3.315/2004 do Distrito Federal, o Setor de Indústria, Abastecimento e Comércio (SCIA) se tornou uma região administrativa, que engloba a Estrutural e a Cidade do Automóvel. Neste período, foi discutida a fixação dos moradores da Estrutural, bem como a reurbanização do local e o tratamento correto do lixo. Antes de ser regularizada, a área era a segunda maior invasão do Distrito Federal (perdendo apenas para o Itapoã, no Paranoá) e a que possuía as condições mais precárias, principalmente pelas consequências da proximidade com o lixão.

As responsáveis pelo Banco Estrutural relataram um pouco do processo de regularização da região administrativa. Inicialmente, a relação entre o governo e os moradores era permeada por conflito: o primeiro entendia que precisava remover um problema social – os “invasores” da região. A população organizou-se, segundo os relatos, contra a remoção de suas casas e, com isso, reivindicavam o reconhecimento de sua cidadania.

Por estar localizado na Estrutural, o Banco Comunitário atua diretamente com pessoas em situação de vulnerabilidade econômica – fomentando a mobilização política desta comunidade e permitindo ganhos econômicos. Como o objetivo deste trabalho foi compreender os mecanismos que impedem e fomentam a participação política de indivíduos de baixa renda, a localização e o público-alvo do Banco o enfatizam como escolha para o estudo de caso.

## O NASCIMENTO DO BANCO

O Banco Estrutural consiste em uma organização comunitária que possui como objetivo financiar empreendimentos de economia solidária e contribuir para o desenvolvimento local. A seguir, é apresentando um pouco de sua história e funcionamento, com base em informações retiradas do Sistema Nacional de Convênios (SICONV) e das entrevistas realizadas com as agentes do Banco.

Ele foi fruto do trabalho iniciado com a Chamada Pública de Projetos SENAES/MTE Nº 03/2010 - ação de fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários - oriunda do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES – MTE)<sup>4</sup>. O objetivo da Chamada Pública era selecionar doze entidades para implantarem e fortalecerem bancos comunitários e fundos solidários em todo Brasil, com foco nos territórios da paz<sup>5</sup>, no caso de bancos comunitários, e territórios da cidadania<sup>6</sup>, no caso de fundos solidários. Além disto, buscava-se a construção de uma rede de colaboração solidária por meio da articulação entre bancos, fundos e empreendimentos de economia solidária e de formação, divulgação e apoio às organizações comunitárias na gestão de bancos e fundos. Das entidades selecionadas, metade atuavam especificamente com bancos comunitários, cinco a nível regional - Norte, Sul, Sudoeste, Centro-Oeste e Nordeste – e uma a nível nacional, e a outra metade com fundos solidários, com a mesma estrutura.

Para apoio aos bancos comunitários, a SENAES/MTE selecionou a ONG de Planejamento e Desenvolvimento Socioeconômico da Amazônia Brasileira – Instituto Capital Social da Amazônia, a Fundação Universidade de São Paulo, a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão – FAPEX e a Associação Ateliê das Ideias para atuarem nas regiões Norte, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste respectivamente. Não houve entidade selecionada para a região Sul. Para atuar em nível nacional, foi selecionado o Instituto Palmas. Em relação aos fundos solidários, a SENAES/MTE selecionou a Fundação Grupo Esquel Brasil, a Cáritas Brasileira, o Centro de Assessoramento Multiprofissional – CAMP e o Programa Previdência

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/>>. Acesso em: 25 de ago. de 2014.

<sup>5</sup> Territórios da paz são regiões onde executa-se o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), política promovida pelo Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci>>. Acesso em: 29 de nov. de 2014.

<sup>6</sup> Territórios da cidadania são regiões onde executa-se o Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008 pelo Governo Federal. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/territorios-da-cidadania-1>>. Acesso em: 29 de nov. de 2014.

de Elevação da Renda Familiar para atuarem nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste respectivamente. Não houve proposta selecionada para a região Norte e a Cáritas Brasileira também ficou responsável pela atuação a nível nacional.

A Associação Ateliê das Ideias, que ficou responsável pela região Centro-Oeste, surgiu em 2003, quando algumas mulheres criaram o primeiro empreendimento econômico solidário de Vitória (ES), para trabalharem com artesanato e moda. Este empreendimento incentivou a formação de outros grupos, mas, como todos os integrantes viviam em condição de vulnerabilidade social, era grande a dificuldade em ter acesso ao crédito. A solução surgiu com a criação de um banco comunitário – o Banco Bem<sup>7</sup>. Com base nesta experiência, a associação tinha como meta, de acordo com o plano de trabalho proposto na Chamada Pública, fortalecer as ações do Banco Pirê, localizado em Dourados (MS), e fomentar outros nove bancos comunitários. Destes, dois seriam no Mato Grosso, seis no Mato Grosso do Sul e um no Distrito Federal, inicialmente na região administrativa de Itapoã.

Para alcançar esta meta, a Associação Ateliê das Ideias realizou um mapeamento das organizações comunitárias existentes nas comunidades alvo e das reuniões com os moradores para debater sobre a atual situação das cidades, bancos comunitários e economia solidária. A ideia era formar um grupo local responsável pela inauguração dos bancos nas comunidades. Além disto, a associação foi responsável pela contratação, para cada banco, de um agente de desenvolvimento solidário e um agente de crédito. Ambos recebiam formação específica, sendo que o primeiro tinha como função divulgar as ações, mobilizar a comunidade e acompanhar os empreendimentos de economia solidária da região. Já o segundo atuava diretamente nas ações do banco, atendendo ao público, realizando análises de crédito e controlando os empréstimos.

Durante este processo, a associação encontrou dificuldade em localizar organizações comunitárias locais que pudessem auxiliar na inauguração dos bancos. Assim, ela buscou outras áreas para atuação. Este foi o caso do Itapoã. Como o plano de trabalho proposto na Chamada Pública especificava a criação de um banco no Distrito Federal e o grupo do Ateliê das Ideias teve dificuldade em mobilizar a comunidade do Itapoã, ela passou a atuar na Estrutural. Nesta região administrativa já havia o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural – MECE, que decidiu ser parceiro do Ateliê das Ideias na criação do banco e se tornou sua entidade gestora.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.ateliedeideias.org.br/>>. Acesso em 13 de nov. de 2014.

## OS PRIMEIROS PASSOS

A história do Banco Estrutural pode ser dividida em duas fases. A primeira consiste no período de apoio e assessoramento da Associação Ateliê das Ideias. A segunda consiste na continuidade das atividades após o fim deste apoio, consequência do término do convênio da Associação Ateliê das Ideias com a SENAES/MTE. Após o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural ter abraçado a ideia, foram feitas reuniões com a comunidade para estruturação do Banco. Nesta primeira fase, foi aberto o processo seletivo para contratação do agente de crédito e do agente de desenvolvimento solidário – que selecionou duas moradoras da região. Além disso, foram definidos os integrantes do Comitê Gestor, grupo que, pelo modelo de banco proposto pela Associação Ateliê das Ideias, reuniria a entidade gestora, os agentes do Banco, três moradores da comunidade (de preferência lideranças comunitárias), um gestor público e um representante da universidade.

Em seguida, começou-se a discutir o nome da moeda social. Esta é paritária com o real, desenvolvida com notas cedidas pelo Banco Central e possui como objetivo garantir que o dinheiro circule dentro da própria comunidade. O agente de desenvolvimento social possui, entre suas funções, sensibilizar comerciantes locais sobre as vantagens de aceitar a moeda social. Após a consulta de mais de mil moradores e longo processo de debate, a moeda foi denominada “Conquista”. Destaca-se que este nome possui valor simbólico e representa luta dos moradores para garantia dos seus direitos. Parte da inspiração foi escrita no mural do Ponto de Memória da Estrutural:

No início era o cerrado, no início era o lixo, no início era o entulho. Depois vieram as famílias, depois seus barracos de papelão, de madeira, de alvenaria. E depois de muita luta, chegou água e luz. Muito mais tarde, veio o asfalto nas principais vias, as escolas, o restaurante comunitário, a reforma do posto de saúde, veio também a praça e a quadra de esportes. Com muito sofrimento e muita luta para conseguir o básico, o que em outras cidades chega sem luta alguma, sem ao menos se pedir porque é direito fundamental, já diz a Lei Magna. E muita luta ainda há de haver para o básico permanecer e para o além do básico chegar. Mas esta é a nossa Cidades Estrutural, esta é a nossa história. Conquista<sup>8</sup>.

A última instância de decisão/organização do Banco era o Fórum Maior, espaço aberto no qual a comunidade pode propor mudanças no funcionamento e organização do Banco. As

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://bancoestrutural.wordpress.com/o-banco/moeda-social/>> Acesso em: 01 de nov. de 2014.



decisões do Comitê Gestor deveriam ser avaliadas por este espaço. Destaca-se que era pré-requisito para a liberação de crédito que seu solicitante frequentasse as reuniões do Fórum, uma estratégia de fortalecimento do espaço por meio de incentivos seletivos. Na primeira fase do Banco, estas reuniões costumavam ser grandes e contavam com a presença de mais de 70 pessoas.

O Banco Estrutural foi construído na Área Central do Setor Leste, uma sala comercial no centro da comunidade. A disponibilização do local ocorreu por meio de uma parceria com a Administração Regional da Estrutural. Esta centralidade facilitava a divulgação do projeto, bem como a realização das atividades do Banco. Para o levantamento de fundos, foram realizados inúmeros eventos, como bazares. A verba inicial também foi recebida por meio de doações. No total, arrecadou-se aproximadamente 22 mil reais para a carteira vigente do banco.

Em relação aos empréstimos, na primeira fase do Banco Estrutural ele fornecia três linhas de crédito: habitacional, produtivo e de consumo. A primeira tem como objetivo a promoção de melhores condições de habitação. Ela permite que os moradores solicitem empréstimos para reformas e construção de moradias. Destaca-se que para obtenção do crédito é necessário que a mão de obra contratada, se houver, seja da comunidade. Além disto, a compra dos materiais também deve priorizar o comércio local. O crédito produtivo era oferecido para os empreendimentos de economia solidária ou demais empreendedores que adotem/promovam estes princípios. O crédito de consumo é para situações emergenciais. Ele é disponibilizado aos moradores que não possuem condições de suprir suas necessidades vitais do momento, como alimentos e remédios. Em relação aos juros, estes não são cobrados para a linha de crédito de consumo. Já para o crédito de habitação e o de produção, os juros são de 1% ao mês. Destaca-se que os empréstimos do crédito de consumo ocorrem por meio da moeda social e, para receberem crédito da linha produtiva, os empreendedores também devem aceita-la.

## **O BANCO HOJE**

A equipe da Administração da Estrutural foi trocada pelo governador e o novo time retirou o Banco Estrutural da sala onde funcionava. Com isso, suas atividades foram interrompidas temporariamente. Este evento coincidiu com o fim do período de apoio que a

Associação Ateliê das Ideias oferecia, devido ao encerramento do convênio desta com a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Com isto, as agentes contratadas deixaram o Banco, pois não havia como pagar os seus salários. Para que o projeto não fosse encerrado, o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural indicou duas pessoas para atuarem como agentes. Elas conseguiram manter as atividades do Banco, mas com algumas dificuldades devido à ausência de formação específica, já que esta foi realizada com as agentes contratadas pela Associação Ateliê das Ideias. O local de funcionamento do Banco, atualmente, é o Ponto de Memória da Estrutural, em outra sala cedida pela Administração.

O Conselho Gestor ainda funciona, mas atualmente inclui apenas dois moradores da região, as agentes indicadas pelo MECE e a própria entidade gestora. Não há representante do governo ou da universidade. O Fórum Maior também está ativo, mas funciona sob uma lógica diferente. Antes as pessoas iam motivadas pelo atrativo de crédito. Porém, como a maioria do dinheiro já foi emprestado e, devido a inadimplência de alguns moradores, a capacidade do Banco de fornecer crédito diminuiu. A reunião do Fórum Maior atualmente ocorre com cerca de seis pessoas, moradores (em sua maioria mulheres), que trocam experiências sobre a reconstrução do Banco e da comunidade.

O Banco ainda não fomentou financeiramente empreendimentos que foram definidos especificamente a partir do conceito de economia solidária, devido às dificuldades citadas. Em relação ao crédito produtivo, existiram empréstimos para grupos de artesãs, que trabalham de forma autônoma e com base na autogestão. Porém, estes grupos não se consideravam empreendimentos solidários por não seguirem todos seus princípios. Além disto, a economia solidária foi divulgada pelo Banco apenas no momento de solicitação dos empréstimos, não havendo uma formação sólida sobre o tema. Também não se usou como critério de exclusão da concessão de crédito a adoção ideológica da economia solidária. O empréstimo foi feito para fomentar pequenos produtores da comunidade, e, com isso, contribuir para o crescimento dela, mesmo que não se adote a lógica solidária.

A falta de experiências do Banco com empréstimos para empreendimentos de economia solidária não significa que estes não sejam apoiados. Há uma série de empreendimentos que trabalham em parceria com o Banco para fortalecimento da economia solidária, sendo que este os apoia por meio da divulgação, troca de experiências e informações, articulação de redes, etc. Destaca-se o apoio à editora popular, que publica livros de materiais recicláveis. Neste caso, as agentes do Banco Estrutural oferecem inclusive sua força de trabalho à editora.

Por fim, a pouca relação financeira do Banco com empreendimentos de economia solidária é consequência, também, de uma mudança de objetivo. As integrantes do Movimento de Educação e Cultura que continuam atuando no Banco entendem que a única maneira de ele ter durabilidade é por meio da sua apropriação pela comunidade. Assim, o foco das atividades passou a ser o auxílio aos moradores da Estrutural (não só empreendimentos) e a sensibilização para que eles se apropriem do projeto. Nas discussões do Fórum Maior, por exemplo, destaca-se a recorrente fala sobre o fato de ser “nosso banco”, e por isso, deve ser construído “por todos nós”.

## MAPEANDO EXPERIÊNCIAS

Esta parte do texto foi fruto do trabalho de mapeamento, comparação e análise das observações. Organizei as principais falas e relatos por tema e, a partir deles, farei a comparação com a revisão da literatura realizada.

### O QUE É POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO?

Nas primeiras entrevistas, ao perguntar para os entrevistados se eles participavam de alguma atividade política – partidos, movimentos sociais, campanha, entre outros – a maioria dizia que não. Apenas algumas associações ou redes de artesãs tinham contato com o governo e este dava-se pelo apoio que este fornece à produção artesanal, resumindo-se ao financiamento. Estes grupos não buscavam interferir nas ações governamentais ou disputar o Estado. Apenas uma rede era mais “ativa” politicamente, por ser um grupo feminista.

As próprias agentes do Banco Estrutural não se consideram pessoas que participam da política. Sentada na sala de espera do Banco, enquanto não havia ninguém para ser atendido, tive o seguinte diálogo com Isadora, uma das agentes comunitárias:

“Isadora: Eu não me envolvo muito não [com política]. Até já me chamaram para falar lá na Câmara, aqui do DF. Mas lá eles te intimidam sabe.

Eu: Ameaçaram você?

Isadora: Não. Não é isso. É que o lugar saber, é grande. Todo mundo bem vestido. Todo mundo sabe falar...” (informação verbal)<sup>9</sup>

Este caso me chamou bastante atenção, pois Isadora é da Marcha de Mulheres e, naquele mês, estava envolvida na coleta de assinaturas para o Plebiscito Popular pela Constituinte para Reforma Política, uma mobilização de diversos movimentos sociais para entregar 10 milhões de assinaturas para a presidenta solicitando a reforma política. Outro caso que também chamou atenção foi a entrevista com a integrante de um empreendimento solidário que ofereceria assessoria aos projetos sociais. Ao falar de “política”, ela afirmou:

---

<sup>9</sup> ISADORA. Entrevistada no dia 19 de agosto de 2014, Estrutural (DF)

“Joana: Criticam muito a gente, sabe, Ju? Tem gente dos partidos aí que querem que a gente levante a bandeira deles, mas a gente não vai. É só briga nesse meio. Estamos fazendo um trabalho com a comunidade, para comunidade, e é só disputa de espaço o que os partidos fazem hoje.

Eu: Pelo que você me conta, parece que a linguagem da política para você significa conflito e a da economia solidária significa outra coisa...

Joana: É que, assim, a gente trabalha com solidariedade, com ajuda mútua. Realmente não é uma *linguagem* que combina com política.” (grifo meu) (informação verbal)<sup>10</sup>

Assim, percebi que as definições de política e participação usadas por mim e pelas pessoas com quem eu conversava eram muito diferentes. “Política” era usada como referência, pelos entrevistados, para as estruturas do Estado e do processo eleitoral – de Ministérios e do Congresso Nacional aos partidos. As mobilizações feitas com a comunidade e para ela não eram vistas como “política”, mesmo que envolvessem a transformação social e econômica do local. Destaca-se que as agentes do Banco Estrutural são pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, assim como a maioria dos entrevistados e que, mesmo não estando presentes em espaços institucionalizados de participação ou envolvidas com as estruturas clássicas da política, elas participam ativamente da construção da realidade de suas comunidades.

Mudei o foco das entrevistas para entender como se dava a participação das pessoas com quem eu conversava no processo de transformação social e individual. Defini, assim, participação política como a forma do indivíduo atuar coletivamente na construção da realidade que o cerca. Ressalta-se que antes de compreender os mecanismos de fomento à participação de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, foi necessário compreender como e onde essas pessoas participam. Assim, seguirei relatando algumas experiências que se destacaram das observações.

## **AS MULHERES ARTESÃS: RELAÇÃO ENTRE AUTONOMIA E DIRETO AO TEMPO**

Realizei entrevistas com algumas artesãs que possuem contato com o Banco Estrutural (duas trabalhadoras autônomas, uma rede e uma associação). Este contato é mantido, em geral, pela participação conjunta em eventos, como feiras e encontros de culturas. Além disto,

---

<sup>10</sup> JOANA. Entrevistada no dia 05 de setembro de 2014. Estrutural (DF).

o espaço onde hoje se localiza o Banco é dividido com uma rede de artesãs. Algumas das mulheres entrevistadas entraram neste ramo por influência dos pais, sem nunca terem trabalho em outra área. Outras começaram a produzir artesanato principalmente pela dificuldade em conciliar o horário de trabalho comercial (de 8h às 18h) e o cuidado com os filhos. Estas mulheres têm uma dupla jornada de trabalho – trabalhadoras com necessidade de aumentar a renda familiar e trabalhadoras que precisam manter os cuidados da casa e das crianças.

Na Feira de Encontro de Culturas Populares de Bonito (GO), conversei com uma das artesãs que estava expondo seus produtos. Neste, e em outros eventos, o Banco a convidava para levar seu trabalho e dava suporte – como transporte – para ela ocupar os espaços de exposição. Antes de trabalhar com artesanato, ela era assalariada e, ao perguntar sobre por que trocou de profissão, a resposta foi:

“O dia que meu filho ficou doente foi decisivo pra mim. Eu lembro de ficar no hospital o dia inteiro e ter avisado no meu trabalho. Quando cheguei ainda discutiram comigo! Eu tenho uma casa para cuidar, tenho filhos para cuidar. Trabalhando em casa dá pelo menos pra olhar os meninos.” (informação verbal)<sup>11</sup>

As artesãs enfrentam as experiências remanescentes do patriarcalismo. A sociedade ocidental foi fundada com base em um contrato sexual não escrito que determina a dominação do homem sobre a mulher (PATEMAN, 1993). Com base neste, forma-se um imaginário oriundo da história patriarcal que imputa às mulheres a função de garantir a ordem no ambiente doméstico. Este é determinado como próprio da mulher e vice-versa, e, menos valorizado que os trabalhos masculinos, o tempo gasto no cuidado com a casa e com as crianças não é renumerado (e sequer visto como trabalho). Assim, o movimento feminista começou a expressar as contradições da divisão sexual do trabalho, que caracteriza-se pela “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599). Denuncia-se as consequências desta “dupla jornada” ou “duplos papéis” que as mulheres possuem e, entre elas, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. A situação das artesãs insere-se claramente neste debate. O trabalho autônomo é visto como uma forma de conciliar os dois papéis - o de trabalhadora e o de dona de casa.

---

<sup>11</sup> CAROL, entrevistada no dia 6 de setembro de 2014, Bonito (GO).

Além das situações fomentadas pela atribuição de papéis sociais às mulheres, as artesãs enfrentam as consequências da institucionalização do horário de trabalho. A fixação do tempo de serviço implica, também, na do tempo livre. Este torna-se apenas um “horário aberto renumerado”, ou seja, paga-se para ter o controle sobre o indivíduo e, no acordo, são estabelecidos horários em que ele pode fazer o que quiser e horários em que precisa submeter-se ao contratante (PEIXOTO, 2007). Para as artesãs, “a venda” de parte do seu tempo na estrutura de trabalho com horário fixo implica, além da dificuldade de cuidar da casa (conciliar o horário dos filhos com o do trabalho), na perda do direito de decidir sobre si. Assim, a oportunidade de escolher onde, quando e como trabalhar é essencial para elas. Em relação ao direito sobre o tempo, destacam-se algumas falas retiradas de entrevistas:

“Eu posso decidir se vou para uma feira ou se fico e produzo. Quando não quero, meu marido que vai. Eu escolho o que faço na segunda-feira.” (informação verbal)<sup>12</sup>

“Eu morava longe do trabalho. Ai tinha que ficar muito tempo esperando ônibus. Já chegava cansada. Quando voltava, tava mais cansada ainda. Limpava uma coisa ali e aqui na casa e ia dormir. Nem aproveitava nada. (...) Agora é melhor pra mim.” (informação verbal)<sup>13</sup>

Até aqui, argumentei que a experiência das artesãs consiste em conciliar as atividades domésticas e geradoras de renda, enfrentando as dinâmicas do patriarcalismo, e obter controle do próprio tempo, enfrentando a institucionalização do horário de trabalho. Buscar ambas as coisas é, contudo, paradoxal. O tempo livre torna-se praticamente inexistente no limbo entre o papel de dona de casa e da geradora de renda. Se a atividade produtiva permite algum tipo de “folga”, o “emprego” de mãe e dona de casa a ocupa. Além disto, a ausência de um período fixo de produção implica no trabalho a todo tempo: o que determina a folga é a necessidade de sobrevivência e não um contrato com “horários livres remunerados”. Assim, como não há garantia de quanto se venderá no mês, o trabalho é constante. Na Feira de Encontro de Culturas Populares de Bonito (GO) conversei com uma rede de artesãs sobre o tempo que reservavam para o lazer. Seguem alguns recortes das respostas:

“Eu trabalho de domingo a domingo. A gente ainda tá ganhando pouco então temos que trabalhar todo dia.” (informação verbal)<sup>14</sup>

<sup>12</sup> CAMILA, integrante de uma rede de artesãs. Entrevistada no dia 08 de agosto de 2014, Estrutural (DF).

<sup>13</sup> SUZANA, integrante de uma rede de artesãs. Entrevista no dia 08 de agosto de 2014, Estrutural (DF).

<sup>14</sup> TERESA. Entrevistada no dia 05 de setembro de 2014. Bonito (GO).

“A gente não tem folga, menina, num tem jeito. Acordo cedo, já vou arrumar a casa e separar os materiais. Paro para levar os meninos pra escola, volto e já tenho que fazer mais peças. Nos finais de semana saio pra vender.” (informação verbal)<sup>15</sup>

“O meu marido ajuda em casa, ele faz tudo menos cozinha. Ele gosta muito da minha comida, a dele é ruim, então eu cozinho. A gente reveza, quando um tá cuidando das crianças o outro tá trabalhando com as sementes. Quando cansamos, trocamos. Mas não paramos nunca, é assim todo dia. A gente viaja muito pra vender as peças, mas não lembro a última vez que viajamos só para descansar.” (informação verbal)<sup>16</sup>

Ressalta-se que muitas relatam dificuldades financeiras em manter o empreendimento, algumas, inclusive, pensam em desistir do trabalho. Porém, a ideia de desistir da pouca autonomia em relação ao tempo é distante. A troca do artesanato só ocorreria por uma atividade na qual elas ainda fossem “suas próprias chefes”. Ter direito ao próprio tempo surge como primeira via da autonomia individual e do “governo sobre si”. Destaca-se, também, que a autonomia não implica apenas em participar das decisões sobre o processo produtivo. O controle sobre si não é em relação à gestão participativa dentro da atividade produtiva, mas ao controle sobre o tempo dentro e fora do processo de produção. Como as artesãs possuem dois trabalhos – um remunerado e outro não – é inviável limitar a autonomia ao primeiro, pois elas precisam considerar o segundo no seu cotidiano.

Assim, as experiências mostram que o direito ao tempo é de extrema importância para o sentimento de “governo de si”. A palavra “sentimento” foi usada porque, como discutido, este direito é submetido a necessidade de sobrevivência – é preciso produzir e vender em quantidade suficiente para suprir as necessidades da família. Além disto, os autoritarismos sociais impostos às mulheres também afetam o controle delas sobre o seu tempo, lhes obrigando a acumular as atividades domésticas e as geradoras de renda. Por mais que o direito sobre o tempo não seja completamente usufruído, porém, o sentimento de tê-lo mudou a relação das entrevistadas com o trabalho assalariado – este começou a ser visto como um limitador da autonomia e esta se tornou um valor que não pode ser trocado.

## **O EMPODERAMENTO E A AUTOESTIMA: OS CIÚMES, O SALÃO DE BELEZA E A RENDA**

---

<sup>15</sup> SOFIA. Entrevistada no dia 05 de setembro de 2014. Bonito (GO).

<sup>16</sup> LUANA. Entrevistada no dia 05 de setembro de 2014. Bonito (GO).



Enquanto a teoria aponta que as desigualdades econômicas e sociais funcionam como empecilho para a participação política, as observações e entrevistas realizadas neste estudo mostram que o aumento de renda não é o suficiente para promovê-la. Três casos se destacaram sobre este tema. O primeiro foi o relato de Maria, uma artesã autônoma que conheci em uma visita ao Banco Estrutural. Passamos algum tempo conversando sobre sua produção, de forma bastante informal, o que trouxe informações preciosas. Foi o marido dela quem começou a trabalhar com artesanato. Ele pediu demissão em uma fábrica de refrigerante porque brigava muito com o chefe, comprou algumas sementes e começou a confecção de colares. Maria, na época, era diarista. Quando a venda das peças artesanais começou a dar lucro, ela largou o emprego para ajudar o marido.

No início somente ele ia para as feiras de artesanato e isto era motivo de ciúme: Maria achava que nestes espaços era traída. Com o tempo, ela começou a acompanhar o marido e participar das feiras de artesanato. Essa participação possibilitou o contato com novas pessoas, de diferentes níveis de renda, escolaridade e histórias de vida. Ela relatou que, à medida que foi adquirindo conhecimento por meio da troca de experiências com as pessoas conhecidas nas feiras, ela começou a se sentir mais experiente e, com isso, mais capaz e importante. Isto permitiu o aumento da sua autoconfiança e, enquanto esta crescia, o ciúme que tinha do marido foi diminuindo.

O segundo caso a ser destacado é de Teresa, uma integrante de uma rede feminista de economia solidária que já teve uma fala citada neste trabalho. Ela me contou que era vítima de violência doméstica, que sequer falava com as pessoas, principalmente em público. “Tinha medo de tudo e de todos, parecia bicho do mato”. A medida que foi conhecendo diferentes pessoas na rede e conversando sobre as pautas do movimento feminista, ela “ganhou força”. Hoje é divorciada, uma das lideranças da rede, e conta sua história para empoderar outras mulheres.

O terceiro relato é o da entrevista com o presidente de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, que participou junto com o Banco Estrutural do Encontro de Culturas Populares de Bonito (GO). Ele, que era porteiro antes de trabalhar com reciclagem, conta que no início da cooperativa a missão principal era levar os moradores do lixão para tirarem documentos. A maior dificuldade relatada para mobilizar estas pessoas era o fato delas não se verem como detentoras de direito. Elas não se viam como cidadãs, como pessoas que poderiam ter uma vida diferente da que levavam. O entrevistado destacou que a maioria sempre tinha vivido no lixão, desde criança.

Após os mutirões para regularização dos documentos, os catadores começaram a receber um salário do governo somado ao que ganhavam da produção. Isso fez, sem dúvida, com que a renda das famílias dos catadores aumentasse. Porém, este aumento não significou uma mudança em seus cotidianos. Estas só começaram a acontecer quando novas experiências foram possíveis. O entrevistado conta que pediu para a equipe ir ao salão de beleza, “se arrumarem”, antes de ir para o encontro de cultura populares: eles estariam representando a cooperativa e então deveriam ir bem arrumados. Após este pedido, ele relata que duas mulheres começaram a chorar:

“Eu perguntei o que elas tinham. Ai elas falaram que simplesmente não conseguiam se imaginar como madames no salão de beleza. É estranho, sabe. Eles só ficam no lixão, sabe? Eu brigo, eu falo para saírem, visitarem a cidade. Mas não, é só lixão, lixão, lixão. Parece que tem mente de escravo.” (informação verbal)<sup>17</sup>

Ao conversar com a equipe da cooperativa, todos mostraram-se animados em participarem do evento: crescia neles a sensação de importância. Era algo que nunca imaginaram que fariam – viajar para ir a um encontro de culturas. Os três relatos confluem em uma conclusão: a troca de experiências e o contato com diversas ideias e pessoas é essencial para o empoderamento. No caso de Maria e Teresa, as rendas delas continuaram basicamente as mesmas. O contato com novas pessoas e ideias durante as feiras de artesanato, no caso de Maria, e as experiências e conversas que Teresa teve na rede foram impulsionadoras da autoestima, empoderando estas mulheres. No caso das catadores de materiais recicláveis, houve um aumento considerável na renda. Porém, este aumento não significou a mudança da percepção que estas mulheres possuíam sobre si, ou alterações cotidianas. Estas só passaram a existir quando novas vivências foram possíveis, o aumento do nível de renda sozinho não as produz.

Isso não significa que uma renda mínima seja desnecessária. Ao contrário, ela é essencial, conforme a fala a seguir, de uma parceira do Banco Estrutural, que havia trabalhado fomentando empreendimentos de economia solidária:

“Quando a gente ia fomentar um empreendimento, com pessoas que não conheciam as ideias de economia solidária, nós usávamos o dinheiro como isca. Elas precisavam de ganhar algo para sobreviver e a promessa de sobrevivência as atraía. Mas a verdade é que muitos dos empreendimentos de economia solidária fracassam.

---

<sup>17</sup> JOÃO. Entrevista realizada no dia 05 de setembro de 2014, Bonito (GO).

Eles demoram para ter retorno e não tem um grande investimento do governo para apoiá-los enquanto isso. A galera precisa sobreviver, entende? Acabam desistindo. Quando tem grupos que já conheciam a economia solidária, é mais fácil. Mesmo sem bom retorno, o pessoal acredita. Mas a verdade é que o retorno financeiro se torna mais importante que a ideologia quando se precisa sobreviver.” (informação verbal)<sup>18</sup>

No caso acima, para quem não consegue garantir um mínimo de renda, trabalhar de acordo com os princípios da economia solidária se torna inviável. Investir em um negócio colaborativo oferece mais riscos do que seguir uma prática padrão de trabalho (assalariado). Só pode correr este risco quem possui alguma segurança de que não passará fome. Assim, abrir-se para novas experiências só é possível quando se tem determinado poder econômico. Porém, sem as novas experiências, o aumento de renda não funciona como mecanismo para fomento da participação das pessoas de baixa renda. Assim, o empoderamento dos indivíduos só se dá pela articulação destes dois fatores.

## **OS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS MORADORES DA ESTRUTURAL: O SIGNIFICADO DA COMUNIDADE**

A economia solidária não propõe apenas um novo sistema econômico. Ela é uma ideologia. Aqueles que participam de empreendimentos de economia solidária ou trabalham com ela constroem e vivem uma nova ideia de felicidade. No sistema capitalista a satisfação pessoal relaciona-se com o consumo. Lipovetsky (2007) demonstra como esta relação foi construída. A começar, a expressão “sociedade do consumo” evidencia a ascensão do dinheiro ao primeiro nível da felicidade. Com o início do capitalismo, a decisão de adquirir um produto não se reduz a sua utilidade, mas transforma-se na busca pelo status que a marca, produto ou nome que ele carrega. “Possuir” coisas, o consumo de bens materiais, o status desses bens se tornou central com o capitalismo.

Com o tempo, o autor pontua que reforço do individualismo transformou esse padrão de satisfação. Ao invés de se consumir o status de um produto, a decisão de adquirir algo agora é movida pela experiência única e pessoal que este pode ofertar. A produção transforma-se em uma produção personalizada de massa. Prefere-se, agora, diferenciar-se dos outros, ao invés de estar no mesmo padrão que eles. Essa diferenciação não é, contudo,

---

<sup>18</sup> SABRINA. Entrevista realizada no dia 08 de agosto de 2014, Estrutural (DF).

absoluta. O motor da indústria do consumo tornou-se a novidade. A experiência individual com o produto só é vista socialmente como algo interessante se este produto for o mais atualizado, o mais novo, o mais inovador. Assim, aqueles que possuem, por exemplo, celulares que atendem perfeitamente suas necessidades, os trocarão pela experiência socialmente vista como inovadora.

Se para o sistema capitalista a felicidade relaciona-se com consumo e status, os projetos pessoais de vida daqueles que ideologicamente acreditam na economia solidária confundem-se com projetos para uma comunidade ideal, pois não são os bens materiais que trazem satisfação, mas a intensificação do contato humano. Isto pode ser visto na seguinte fala, retirada de um diálogo com um dos responsáveis pela editora popular, empreendimento de economia solidária apoiado pelo Banco Estrutural que fabrica livros de materiais recicláveis.

Eu: Sempre quis trabalhar em uma editora?

Artur: Eu escrevo, né? E sei como é difícil para um escritor publicar numa grande editora. Eles só publicam se você já for famoso, não dão chance para quem tá no primeiro livro. E você for da periferia então... Trabalhando com a Editora Periférica eu posso dar essa oportunidade para as pessoas.

Eu: Mas e se você recebesse uma oferta de trabalho em uma editora grande, para ganhar muito dinheiro. Aceitaria?

Artur: (Risos). Não. Eu sei que é difícil negar uma proposta assim. Mas, sabe, eu produzo junto com a comunidade. Eu cresço junto com as pessoas. Às vezes a gente pensa que tá produzindo só para si, sabe? Para ter o seu salário no fim do mês. Para nossas necessidades. Mas acontece que a gente tá produzindo para toda a sociedade. É uma troca. Tá dando para entender? Eu quero fazer isso, eu gosto de fazer isso. E não trocaria as coisas que me fazem feliz por dinheiro. (informação verbal)<sup>19</sup>

O “coletivo” e a “comunidade” estão relacionados, para quem acredita na lógica da economia solidária, não só com a ideia de felicidade, mas também com a de autonomia. Esta não se encontra individualmente, e sim no grupo. Joana era uma das parceiras do Banco Estrutural e hoje é integrante de um empreendimento solidário em outra região administrativa do Distrito Federal. Ela foi consultora de uma organização não governamental de fora do Estado e trabalhava visitando empreendimentos em todo o país. Joana relatou um pouco de sua vivência e reforçou a importância do coletivo para a construção da autonomia do indivíduo. Destaca-se que uma parte de sua entrevista já foi citada aqui, para auxiliar na definição usada de participação política:

---

<sup>19</sup> ARTUR. Entrevista realizada no dia 09 de agosto de 2014. Estrutural (DF).

“A autonomia é coletiva, é uma construção de igualdade. Ela envolve você ter liberdade para fazer o que quer, mas ao mesmo tempo você tem que se submeter à coletividade. Não dá pra trabalhar assim se não tiver respeito e solidariedade. É bem mais fácil mandar e ser mandado. Quando a gente trabalha em autogestão, é bem difícil. Mas a autonomia é escolher como queremos viver neste mundo e eu escolhi trabalhar assim. Com todos. Em construir junto. E isso significa ver os outros como iguais. Se não tiver essa relação de igualdade, se cada um não tiver a mesma responsabilidade, nem dá para cobrar das pessoas.” (informação verbal)<sup>20</sup>

O empoderamento também é importante na economia solidária. A autogestão não implica somente numa divisão colaborativa de tarefas, mas na compreensão do indivíduo como um todo. Destaca-se que nos diálogos que as agentes do Banco Estrutural realizam com empreendimentos, o respeito à vida pessoal do parceiro é sempre citado. Elas ressaltam a importância da união do coletivo em prol do fortalecimento do indivíduo. Em uma das primeiras visitas ao Banco Estrutural, essa foi uma das características mais marcantes do diálogo com as agentes, na qual a seguinte fala foi proferida:

“Quando o empreendimento é de todos, ninguém fica obrigado a cumprir um horário, Tem gente que tem que cuidar dos filhos e não pode tal hora. Tem gente que estuda. Tem gente que tem outros projetos. O importante aqui não é todo mundo parecer uma máquina, mas todo mundo ser solidário, entender a vida do outro. Apoiar o outro. Mas tem de estar comprometido com este projeto também.” (informação verbal)<sup>21</sup>

As ideias de felicidade, comunidade, autonomia e empoderamento são predominantes no Fórum Maior, espaço de diálogo entre o Banco Estrutural e os moradores da cidade. Isso se deve pelo fato do Movimento Educação e Cultura (MECE) ter como objetivo tornar este espaço o momento da comunidade na gestão do Banco. O público é composto, em geral, por mulheres que já pegaram empréstimos no Banco e que chamam suas vizinhas e amigas para participarem da reunião. Elas levam seus filhos e as agentes do Banco disponibilizam um cobertor, que é estendido no chão, para que as crianças possam brincar.

A reunião consiste na explicação sobre o que é o Banco Estrutural, sua história e situação, além da exposição sobre a moeda social e os princípios da economia solidária. São apresentados vídeos sobre a temática e novas ideias para o Banco, sempre com o foco em chamar a pessoa para construir a proposta. Uma das estratégias usadas pelas agentes é a auto identificação como moradoras da cidade: pessoas que vivem as mesmas experiências que o

<sup>20</sup> JOANA. Entrevistada no dia 05 de setembro de 2014. Estrutural (DF).

<sup>21</sup> CARLA. Entrevistada no dia 13 de julho de 2014. Estrutural (DF).

público do Fórum. Assim, a fala de apresentação das agentes consiste num breve relato de suas histórias de vida:

“(Após dizer seu nome), sou mineira, mas moro em Brasília há trinta anos, e cheguei na Estrutural em 1994 com minha família (...). Sou costureira e trabalhava para a classe média. E eu via a situação da Estrutural e eu pensava: ‘ah, eu quero ir pra lá trabalhar com as mulheres, ajudar lá a comunidade’.” (informação verbal)<sup>22</sup>

Assim, as agentes do Banco buscam mostrar que compreendem os participantes da formação por serem iguais a eles – compartilharem experiências semelhantes em relação à posição em que se encontram socialmente e economicamente. Buscam, também, que os moradores se identifiquem com suas histórias e, percebendo o padrão de situações vividas, possam se unir para solucionar os problemas em comum.

Por fim, a comunidade é entendida como o espaço onde se vive, tanto no sentido espacial quanto em termos de relações sociais. A sua representação não consiste em um local ideal, com pessoas e vidas ideais, mas como um espaço onde coexistem os problemas, a vida pessoal e a oportunidade de construção de uma nova sociedade. Assim, seguindo a ideologia proposta pela economia solidária, se muda o que é necessário para a felicidade – ao invés dos bens materiais, tem-se um conjunto de relações sociais no qual o indivíduo seja fortalecido/empoderamento, a ponto de ter autonomia para escolher como quer viver neste mundo.

---

<sup>22</sup> ISADORA. Reunião ocorrida no dia 19 de setembro de 2014. Estrutural (DF).

## CONCLUSÃO

Como explicado na introdução, este trabalho consistiu em testar algumas hipóteses frente a literatura sobre democracia, participação e pobreza, buscando compreender os mecanismos que fomentam e impedem a participação dos cidadãos em situação de vulnerabilidade. Assim, irei resgatar alguns pontos da literatura e confrontá-los com as experiências mapeadas.

Inicialmente, há certo consenso entre os pesquisadores sobre o fato de que as pessoas de baixa renda não participam, de forma que a literatura se concentra em explicar os motivos para isso. A teoria democrática clássica sugere que o modelo de produção industrial ensina as pessoas a servirem: ao passarem cerca de oito horas por dia cumprindo ordens, elas ficariam acostumadas a não tomarem decisões e levariam isto para o âmbito político. Assim, seria necessário habituar os indivíduos a se governarem (PATEMAN, 1992 [1970]; MACPHERSON, 1978 [1977]).

Da teoria contemporânea, resgato os modelos explicativos da centralidade, da escolha racional e da identidade (AVELAR, 2007; VAZ, 2013). O primeiro considera que a posição social (que implica recursos materiais – dinheiro - e simbólicos – educação e reconhecimento) é determinante para a decisão individual de integrar processos participativos. A relação entre participação e desigualdades, neste modelo, consiste no fato de que indivíduos com baixa posição social teriam menos recursos e, com isso, participariam menos. O modelo da escolha racional considera que a decisão individual de participar é oriunda do cálculo entre custos e benefícios. Ele coloca que parte da população não teria como cobrir os custos da participação e, considerando que os benefícios dificilmente são vistos a curto prazo, desistiram dela. Por fim, o modelo da identidade atribui importância as redes de solidariedade/interação, que auxiliam na construção da identidade do indivíduo.

Destaca-se que a literatura aborda a relação entre participação e desigualdades também pelo “canal inverso”, ou seja, a análise sobre o impacto da participação sobre a redução da desigualdade. A pobreza é entendida como expressão destas, e coloca indivíduos e grupos em um estado de desempoderamento. A participação, ao promover o empoderamento, implicaria na redução da pobreza (ROMANO, 2002). Este processo se dá pelo aumento de poderes sociais: o identitário, o econômico, os sociais e os políticos (FRIEDMANN, 1996 [1992]; HOROCHOVSKI E MEIRELLES 2007): autoestima, recursos materiais, status/influência e

integração no processo de tomada de decisões coletivas, respectivamente. Além disto, o processo de empoderamento, costuma seguir uma sequência. Para ganho do poder político é necessário, normalmente, uma prévia dos outros, de forma que se tenha determinado o nível de riqueza para usar o tempo e outros recursos excedentes na política. Assim, os modelos explicativos apontam que as necessidades físicas básicas precisam primeiro serem supridas para que o indivíduo integre-se a processos participativos.

A primeira pergunta que as observações levantam é: “o que se quer dizer com participação?”. Avelar (2007) a define de duas formas. A primeira é sucinta e consiste na “ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político” (p. 225). Na segunda, ela utiliza um conceito mais amplo, entendendo a participação como a ação cujo objetivo é mudar ou preservar o sistema de interesses, que pode ocorrer tanto no âmbito do Estado quanto dentro de uma classe. Além disto, a autora destaca três canais pelos quais a participação política ocorre. O primeiro “abrange todo tipo de participação eleitoral e partidária, conforme as regras constitucionais e do sistema eleitoral adotado em cada país” (IDEM, IBIDEM). Este é denominado, portanto, de canal eleitoral. Já aqueles que consistem em “instâncias intermediárias de organização de categorias e associações de classe para defender seus interesses no âmbito fechado dos governos e do sistema estatal” (IDEM, IBIDEM) são os canais corporativos. As formas “não-institucionalizadas de organização coletiva como os movimentos sociais, as subculturas políticas, etc., (IDEM, IBIDEM)” representam o canal organizacional. O conceito de participação utilizado para esta pesquisa - “a forma do indivíduo atuar coletivamente na construção da realidade que o cerca” - insere-se na definição ampliada.

Para afirmar que pessoas em situação de vulnerabilidade econômica participam menos é necessário separar um conjunto de experiências, identificá-lo como participação política e, com isso, excluir as vivências que estão fora dos limites deste conjunto. Ou seja, usa-se um conceito restrito. Ao realizar afirmações como esta, a literatura transporta análises sobre instituições participativas (em que o exercício de restrição do conceito é de fato útil) para as experiências fora dela. Porém, as observações mostram que as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica se organizam para a promoção da transformação social e econômica de suas comunidades. Elas podem não disputar o Estado, conforme ocorre no processo eleitoral, ou as decisões governamentais sobre políticas públicas, o que em geral ocorre nas instituições participativas, mas disputam os valores da sociedade. O correto, então, seria afirmar que pessoas de baixa renda possuem dificuldade de envolver-se em alguns



processos participativos, ou seja, de estarem presentes em alguns canais de participação, e questionar o porquê estes canais são menos convidativos em relação aos societários.

Além disto, de acordo com as observações é possível traçar quatro variáveis importantes para participação das pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. As primeiras variáveis a serem destacadas são: I - direito ao tempo; II - garantia de renda mínima para sobrevivência e; III - inclusão em redes de solidariedade. A articulação destes fatores (por mais que o direito ao tempo não seja pleno) promove a autonomia individual, a possibilidade de utilizar recursos excedentes para a participação e o empoderamento identitário. Com isto, há maior liberdade para o indivíduo definir quais valores deseja seguir, qual a forma como ele deseja viver. Caso a escolha seja contrária ao colocado hegemonicamente na sociedade, a quarta variável identificada surge: IV – desejo de mudança.

O direito ao tempo se relaciona com a ideia de autonomia individual e ganha destaque na experiência das artesãs. Elas apresentam a ausência dele como impeditivo à participação: a venda da força de trabalho implica na venda “do corpo” (deixa-se de agir por vontade própria para seguir um conjunto de ordens), do tempo e, conseqüentemente, da autonomia individual. Assim, se a teoria democrática clássica pontua que a hierarquia das relações de trabalho é o que desmotiva a participação, as observações mostram que não é o hábito de servir aprendido durante o trabalho que causa o efeito desmotivador, mas o fato de que a carga horária comercial (de 8h às 18h) resume o cotidiano do trabalhador à atividade produtiva e ao sono. As observações também reforçam a crítica de Tiriba aos modelos administrativos de gestão participativa: a autonomia não é recuperada pela simples introdução de momentos com possibilidade de decisão no cotidiano dos trabalhadores, é necessário que estes tenham direito ao seu próprio tempo e autonomia para decidirem quando, onde e como trabalharem.

Além disto, a experiência das artesãs evidencia que não é só o trabalho que suga a autonomia individual das pessoas. Os autoritarismos sociais também possuem essa consequência perversa. Ao imputar às mulheres o serviço doméstico, eles retiram o direito delas de escolherem suas atividades cotidianas. Mesmo que os meios de produção fossem amplamente democratizados, a ponto de ninguém ser obrigado (devido a necessidade de sobrevivência) a vender sua força de trabalho, as desigualdades sociais ainda afetariam o pleno uso do direito ao tempo.

Dos modelos da centralidade e da escolha racional, destaca-se que de fato a renda influencia na decisão individual de participar. De acordo com as observações, é necessário que o indivíduo tenha um mínimo garantido para a sobrevivência para assumir os

custos/riscos da participação. Esta variável, contudo, possui limitado poder explicativo. Se ela fosse determinante, duas situações deveriam ser corretas: o aumento do nível de renda necessariamente indicaria maior inserção nas estruturas participativas e os indivíduos de baixíssima posição social não participariam. Porém, a inclusão econômica não implica a inclusão social e política (REIS e SCHWARTZMAN, 2004). Pessoas com níveis elevados de renda conseguem mais influência nas decisões governamentais, mas isto não significa que elas se mobilizem/organizem mais. Além disto, a existência de movimentos sociais populares, como o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, mostra que há participação de pessoas de baixíssimo nível de renda.

As observações também trazem como variável importante para a participação a possibilidade individual de viver experiências novas. Estas contribuem para a ampliação dos horizontes dos indivíduos, fomentando a autoconfiança dos mesmos. Assim, as diferentes vivências permitem o empoderamento identitário. Este é importante pois se a percepção individual de força é pequena, de forma que dificilmente a pessoa se compreenderá como alguém que pode viver uma vida diferente da habitual, planejar realidades sociais diferentes e propor novos valores para a sociedade torna-se inviável. O empoderamento identitário permite tanto que o indivíduo ganhe força para se posicionar diante da sociedade quanto que ele construa suas posições.

Este poder social não é conquistado individualmente. De acordo com as observações, ele ocorre tanto pela inserção do indivíduo em redes engajadas de solidariedade quanto pela intensificação dos laços comunitários. Isso significa que até o empoderamento individual é coletivo: ninguém empodera-se completamente sozinho; a troca de vivências, informações e intensificação das relações é fundamental neste processo. Ao mesmo tempo, não há como um indivíduo empoderar o outro; as novas experiências só se tornarão empoderantes se forem de fato absorvidas. Assim, o modelo explicativo da identidade ganha destaque. Ele oferece uma alternativa à determinação dos recursos econômicos e simbólicos sobre a participação, indicando que é importante olharmos para as relações/interações sociais. Por mais que a renda atue como desmotivador da participação, o empoderamento do indivíduo por meio da comunidade fomentará a sua mobilização, de forma que inclusão deste em redes de solidariedade é uma variável explicativa importante.

Por fim, o desejo de mudança é a última variável a ser analisada. Avelar (2007) considera, no seu conceito de participação, que a busca pela manutenção da estrutura de

interesses hegemônica pode ser um dos objetivos da ação participativa. Porém, o indivíduo que deseja manter o *status quo* só irá agir a partir do momento em que percebe um movimento favorável a mudança. Desta forma, sua participação é mais uma reação aos acontecimentos do que o início de uma mobilização. Ela não deve ser ignorada, mas não representa os grupos com os quais realizei este estudo. As experiências dos empreendimentos de economia solidária, por exemplo, demonstram que para a participação política é necessário que o indivíduo possua um valor contrário ao hegemônico, de forma que seja estabelecido um conflito que leve a mudança. Assim, a “fórmula” da participação se completa quando o indivíduo possui vontade de alterar o *status quo* e a participação aparece como a transformação do seu desejo de mudar o mundo em ações concretas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, R. **Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil.** [S.l.]: Lynne Rienner Publishers, 2000.
- ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. A economia solidária diante das desigualdades. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, p. 499-533, 2007.
- AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. **Sistema político brasileiro: uma introdução.** Rio de Janeiro: Unesp, 2007. p. 223-235.
- BORÓN, A. **Estado, capitalismo y democracia en America Latina.** Buenos Aires: Clacso, 2003.
- CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, 1987.
- CORAGGIO, J. L. La construcción de una economía popular: vía para el desarrollo humano. **Revista de Economía y Trabajo**, Santiago, v. 3, 1994.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil.** [S.l.]: Brasiliense, 1994. p. 103-115.
- DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição.** [S.l.]: Edusp, 1997 [1971].
- FARIA, C. F. Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. **Lua Nova**, v. 49, 2000.
- FARIA, C. F. O que há de radical na teoria democrática contemporânea: A análise do debate entre ativistas e deliberativos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 101- 111, 2010.
- FONTES, B. A. S.-M.; EICHNER, K. A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda. **REDES: Revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 7, 2004.
- FRANÇA FILHO, G. C. D. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: SILVA JUNIOR, J. T., et al. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção.** Juazeiro do Norte: Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social/ Universidade Federal do Ceará, 2008. p. 113-124.
- FRIEDMANN, J. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo.** Oeiras: Celta Editora, 1996 [1992].

- GOHN, M. D. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, p. 20-31, 2004.
- GOMES, M. D. A.; MAHEIRIE, K. Passe livre já: participação política e constituição do sujeito. **Revista Psicologia Política**, v. 11, p. 359-375, 2011.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.
- HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: [s.n.]. 2007. p. 485-506.
- IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44.
- LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. [S.l.]: Coletivo Sabotagem, 1999 [1883].
- LAVALLE, A. G. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova**, v. 84, p. 13-24, 2011.
- LAVALLE, A. G.; VERA, E. I. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática. In: VERA, E. I.; LAVALLE, A. G. **La innovación democrática en América Latina: Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social**. [S.l.]: CIESAS, 2010.
- LEAL, E. L. X. **As ferramentas de gestão participativa e controle social: uma avaliação do projeto de orçamento participativo como política pública na Cidade Estrutural - DF**. Universidade de Brasília. Brasília. 2012.
- LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. Lisboa: [s.n.], 2007.
- LISBOA, A. D. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **Revista de administração de empresas**, v. 45, p. 109-115, 2005.
- LUCHMANN, L. H. H.; BORBA, J. Participação, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir de instituições participativas em Santa Catarina. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 44, p. 58-68, 2008.

- MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal: origens e evolução.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 [1977].
- MARQUES, E. C. L. Pobreza, sociabilidade e tipos de redes sociais em São Paulo e Salvador. **Visioni Latinoamericane**, v. 8, p. 42-59, 2013.
- MARQUES, E.; MOYA, ; BICHIR, R. Notas sobre el análisis de redes sociales en Brasil. **Redes, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, v. 25, p. 85-93, 2014.
- MIGUEL, L. F. Teoria da democracia atual: esboço de mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, 2005.
- NASCIMENTO, C. Autogestão e economia solidária. **Outros valores**, 2000.
- NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 185-202, 2003.
- OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.** [S.l.]: Edusp, 1999.
- PASSOS, Ó. D. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: conceitos, características e sustentabilidade.** Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2007.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Vida, 1992 [1970].
- PATEMAN, C. **O contrato sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Boletim mercado de trabalho. IPEA**, Brasília, 2009. 57-62.
- REIS, E. P.; SCHWARTZMAN, S. Pobreza e exclusão social: aspectos sócio-políticos. In: SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 1-66.
- RENNÓ, L. R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia Política**, v. 21, 2003.
- ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-20.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 5-9.

SANTOS, B. D. S.; AVRIZTER, L. **Democratizar a democracia**: os caminhos da Democracia Participativa. RIO de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984 [1942].

SINGER, P. Economia Solidária. **Estudos Avançados**, v. 22, p. 289-314., 2008.

SINGER, P. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, p. 289-314, 2008.

TEIXEIRA, A. C. C. **Os sentidos da Democracia e da Participação**. São Paulo: Pólis, 2004.

TIRIBA, L. Autogestão, disciplina no trabalho e o "direito à preguiça". **EDUCAÇÃO: fronteira política**, Cuiabá, p. 71-84, 2006.

VAZ, A. C. N. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em Instituições participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 10, p. 63-106, abril 2013.

WAMPLER, B. Que tipo de resultados devemos esperar das instituições participativas? In: PIRES, R. R. C. **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011. p. 43-51.